

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a experiência de Ensino Religioso (ER)¹ na Escola Pública Estadual Professor Carlos Moreira Matos², tomando como foco central a percepção de docentes responsáveis pela disciplina e de alunos, sem contudo deixar de lado os marcos legais que regulamentam o ER no Brasil e em Sergipe. O interesse pelo tema pesquisado surgiu a partir da necessidade de investigar o ER nas escolas públicas estaduais em Sergipe, já que o tema permanece em debate atualmente por trata-se de um tema polêmico. Esta pesquisa nos leva a refletir sobre atual situação do ER no Brasil, que vem ganhando espaço através da história das Constituições do Brasil. Polêmico, o ER ainda enfrenta dilemas que vão da sua obrigatoriedade de oferta até o proselitismo.

Para Gruen (1995, p. 68) a situação do ER se apresenta assim:

[...] o Ensino Religioso é enaltecido como competência e sinceridade como sendo “parte constitutiva e intransferível da educação do homem comum”, e “elementar basilar no currículo”; Sublinha-se a necessidade de integrar “a Educação Religiosa no dia-a-dia da vida escolar”. Por outro lado, tanto em âmbito federal como no estadual, há sérios indícios que o Ensino Religioso é conservado no currículo sem muita convicção de seu papel específico. Mais parece um intruso que, por alguma arcana razão, foi gentilmente acolhido, tratado com reverência e até com privilégios, mas não entrosado com naturalidade no mundo escolar.

Buscamos, em nossas pesquisas, verificar aspectos salientados por Gruen quanto à situação do ER, pois o mesmo é obrigatório, porém é de matrícula facultativa, faz parte do currículo, porém não tem efeito promocional, entre outras questões.

Esta pesquisa busca entender a percepção desses professores quanto ao ER, pois acreditamos que não seja fácil trabalhar com uma disciplina tão polêmica.

Para Gruen (1995, p. 125-126) ser professor de ER também traz consigo problemas específicos:

[...] Mencionemos em primeiro lugar um percalço bastante freqüente: o professor de ER percebe aquilo que ele ensina aos outros como muito exigente também para si mesmo; com o tempo, esta pedrinha continuamente no sapato pode provocar cansaço e forte desgaste. Há ainda outros fatores desgastantes. A sociedade e quase todas as religiões estão em fase de adaptação aos novos tempos [...] Nota-se hesitação nas Leis, na Disciplina, nas formulações de fé. Faltam sínteses teológicas atualizadas, capazes de abraçar de modo coerente o universo da expressão religiosa.

¹ Utilizaremos as iniciais ER ao longo do texto para nos referirmos a Ensino Religioso.

² Trata-se de nome fictício adotado para designar a Escola pesquisada a fim de preservar a identificação do campo de pesquisa, bem como dos sujeitos que participaram da investigação.

Esta pesquisa também objetiva traçar um perfil geral dos professores que se ocupam do ER nas escolas da rede estadual de Sergipe, visto, inclusive, que Sergipe possui uma Resolução nº 019/2003/CEE, artigo 5º, que regulamenta a formação necessária ao professor para exercer o magistério do ER:

Graduado em Curso Normal Superior; Portador de diploma de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento; Portador de diploma de Licenciatura Plena em Ensino Religioso. (SERGIPE, 2003).

A pesquisa busca, ao mesmo tempo, compreender as multifunções de um professor de ER, já que diante das atuais transformações na legislação muitas determinações foram substituídas.

Segundo Gruen (1995, p. 126), devido à atual situação que vivemos o professor de ER é chamado:

- A ensinar um caminho de vida chocantemente diverso do que é seguido por toda parte;
- A ministrar um conteúdo cuja natureza e objetivos ainda não foram suficientemente demarcados; e isto, sem sequer ter um quadro de referência que permita ajuizar com certa profundidade programas e subsídios;
- A optar entre teologias conflitantes – ele, que nunca estudou teologia
- A entrosar o ER com tantos outros conteúdos ministrados na escola ou vivenciados no dia-a-dia que o professor de ER terá que ser quase um “especialista em cultura geral”.

Visando conhecer a percepção dos discentes quanto à disciplina de ER, uma vez que esta disciplina nem sempre esteve presente nas escolas Brasileiras, nos utilizamos desta pesquisa para buscarmos o real sentido dessa presença.

Propomos-nos, também, através desta pesquisa conhecer o modelo de ER adotado nas escolas estaduais de Sergipe, visto que a falta de clareza sobre essa disciplina tem propiciado alguns equívocos pedagógicos nas salas de aula e também uma fragilidade das orientações que emanam do próprio sistema de ensino.

Gruen (1995, p. 74), “afirma que existem basicamente, dois modelos de ER, distintos nos seus objetivos, métodos e linguagens: o modelo confessional costuma também ser *catequese*; o modelo não-confessional tem recebido o nome, aliás, pouco exato, de *Ensino Religioso*.”

Para Gruen (1995, p.33), foi confiada a escola a importante missão de inserir o simbolismo na vida da criança, dessa forma ele diz:

À escola está confiada a importante missão de, lenta e sistematicamente, iniciar a

criança ao *simbolismo*: para que esta criança seja capaz de sentir a vida e ver o seu sentido, mesmos nos aparentes absurdos do viver humano: para que seja capaz de celebrar, de festejar. Esta gradual educação ao simbolismo será um dos grandes caminhos pelos quais a criança aprenderá a abrir-se àquilo (Àquele) que é o transcendente. Não é preciso sublinhar o valor 'religioso' desta educação.

Por fim, diante de todo o debate em torno do ER buscamos conhecer as Leis que o regulamentam no Brasil e em Sergipe, conhecer os modelos de ER e investigar a formação dos professores que se ocupam do ER nas escolas estaduais de Sergipe, buscando subsídios na Secretária de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED, órgão este responsável pela educação pública estatal em Sergipe.

Desta forma procuramos no primeiro capítulo fazer uma breve retrospectiva histórica da regulamentação do ER no Brasil, em Sergipe e em Aracaju, trazendo a situação do ER nas Constituições Brasileira e Sergipana, abrangendo também a Lei Orgânica de Aracaju. Ainda neste capítulo buscamos investigar como se dá a formação docente e o curso de Formação Continuada para o ER na rede pública estadual de Sergipe, bem como analisar o Referencial Curricular que hoje norteia os professores dessa mesma rede de ensino.

No segundo capítulo trazemos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da investigação apresentando o campo e os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e o desenvolvimento do trabalho de campo.

No terceiro e último capítulo apresentamos, a partir da pesquisa de campo, um perfil geral, acadêmico e profissional das professoras pesquisadas, as percepções desses docentes quanto à formação e o magistério na área do ER, bem como o olhar dos alunos sobre o ER na Escola pesquisada.

Além desses três capítulos o trabalho apresenta, também, a Introdução onde nos debruçamos sobre os diferentes aspectos que compõem as discussões sobre o ER, e a Conclusão onde procuramos destacar alguns dos resultados centrais da pesquisa.

Por fim, como apêndices inserimos os questionários e os roteiros de entrevistas estruturadas utilizados para coletar os dados junto aos alunos e professoras, bem como a descrição, mais detalhada, dos Cadernos do Curso de Formação Continuada para o ER fornecido pela SEED e o Referencial Curricular criado pela SEED.

CAPITULO I

HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Este capítulo trata de um breve panorama histórico sobre o ER no Brasil, trazendo um recorte histórico do Período Colônia-Império (1759-1889), passando pelo período Republicano e chegando os dias atuais, mostrando, através da história das Constituições Brasileira, como se deu a introdução e a legalização do ER nas escolas públicas de Ensino Fundamental em nosso país. Este caminho Constitucional foi fundamental para a elaboração da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, utilizada como referencial para a oferta do ER nas Escolas Públicas Brasileiras. Tratamos também, neste capítulo, sobre a Constituição Sergipana, a Lei Orgânica de Aracaju, como parâmetros para analisar a oferta de ER nas Escolas Públicas Estaduais de Sergipe, especificamente em sua capital.

1. Breve retrospectiva histórica da regulamentação do Ensino Religioso: Brasil, Sergipe, Aracaju.

1.1 Da Colônia ao Império (1759-1889)

No período colonial ou período Pombalino que se estendeu de 1759 a 1822, os colonizadores portugueses chegaram ao território brasileiro com o intuito de impor suas idéias européias, obrigando os habitantes a aceitar o seu modelo de sociedade.

Juntamente com os portugueses veio os jesuítas trazendo o ER como forma de evangelização, demonstrando assim que o papel do Ensino religioso, da Igreja e da Educação era catequizar de acordo com o catolicismo, uma vez que esse tinha sido o acordo feito entre o Papa e a Coroa Portuguesa.

A Educação Pública deste período deveria ser gratuita, laica e para todos, porém estando a educação firmada em três esferas que eram a Escola, a Igreja e a Sociedade, a educação passou a ser idealizada pela classe dominante como um meio de impor seus interesses e valores. A educação religiosa desta época ficou a cargo do Estado e da Igreja, o Estado usa a religião como meio de expandir os seus ideais, o que fortalece a dependência do mesmo pela igreja. Esta dependência do Estado dá para a Igreja a sustentação necessária para que a mesma ensine nas escolas a Religião Católica Apostólica Romana, ficando assim confirmada, com a presença dos jesuítas, que o objetivo da Coroa Portuguesa era conquistar

os gentios à fé católica, convertendo-os ao cristianismo.

No Período Imperial, entre 1824 e 1889, o ER não muda seu aspecto, pois o que deveria ser um país laico constitui-se em um Estado confessional, já que a religião Católica Romana era a religião oficial do Império (segundo texto da Carta Magna de 1824) e a Igreja era dona de um vasto patrimônio econômico e cultural. Assim, fica mais claro o poder da Igreja quando a mesma foi designada para trabalhar com a educação, mesmo a educação sendo papel do Estado, demonstrando assim a troca de favores entre o Estado e a igreja, pois o que era dever do Estado estava sendo realizado pela Igreja, eximindo-se assim o Estado da obrigação com o ER. Tendo este controle sobre a educação a Igreja seguia em frente com o seu objetivo de evangelizar impondo a doutrina Católica Romana aos índios, negros e as classes subalternas.

Casseb (2009), descreve o Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que regulamenta os deveres do professor, fica claro a confessionalidade do ensino daquela época:

Art. 6. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes, proporções, as noções, mais geraes de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para leituras a Constituição do Império e a história do Brasil. (BONAVIDES, P.; AMARAL, R. 1996, p. 142 *apud* CASSEB, 2009, p. 292).

Apesar de termos, nesta época, um país oficialmente católico, a educação pública tornou-se laica, trazendo uma grande controvérsia, pois a exemplo do próprio Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que deixa claro a confessionalidade do ensino desta época, nos perguntamos: Como o Ensino Público desta época pode ser laico e confessional ao mesmo tempo? A própria Lei ao tempo que nos torna um país laico, nos impõe o ensino da religião Católica Apostólica Romana, trazendo uma controvérsia que, inclusive, é objeto de discussões até os dias atuais.

1.2 Da República até os dias atuais

O Brasil que era um país oficialmente Católico devido a Constituição Imperial passou então a ser um país laico através da carta Magna de 1891, que tratava do reconhecimento da liberdade religiosa em toda a sua expressão. Esta mesma Constituição vedava ao Estado o estabelecimento de cultos, sua subvenção ou formas de aliança. As ofensas a esta nova liberdade deveriam ser punidas como crimes contra o sentimento religioso dos cidadãos. O

ensino oficial tornou-se juntamente com o país laico. Com a Reforma de Francisco de Campos (1930-1937) o ER, que era de oferta obrigatória, passa a ser de matrícula facultativa, respeitando a confissão religiosa de cada aluno, sendo assim demonstrado na Constituição de 1934, no artigo 153 avanços no sentido da laicização do ER.

1.2.1 Os primeiros anos da Republica (1890-1930)

É no período Republicano que o ensino da religião Católica Apostólica Romana passa por uma crise, pois esse novo regime pede a separação do Estado da Igreja, entrando em vigor a expressão usada até hoje: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino.”

Esse pensamento foi fortemente influenciado pelos ideais de liberdade religiosa regida pelo princípio da laicidade do Estado, segundo a concepção francesa. Depois dessa declaração de laicidade do ensino, ocorre uma grande discussão em torno deste assunto, pois havia a possibilidade de excluir o ER no texto da Constituição de 1891, o que não aconteceu. Por outro lado, a igreja Católica Romana que ainda continuava com o proselitismo dentro das escolas públicas brasileiras, prolongou esta prática por cerca de 400 anos da história da educação no Brasil.

De acordo com Casseb (2009), nesse período houve um fato que merece destaque, trata-se da Reforma de Francisco de Campos (1930-1937). Essa Reforma trouxe para os estudantes novas opções, pois o ER obrigatório nas escolas do país deveria ser ofertado em horários normais e de acordo com a confissão religiosa do aluno, sendo facultada ao aluno a sua matrícula, admitido através do Decreto de 30 de abril de 1931 e na Constituição de 16 de julho de 1934, passando a ser assegurado no artigo 153, que diz:

Art. 153. O Ensino Religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria de horários normais nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. (BONAVIDES, P.; AMARAL, R. 1996, p. 320 *apud* CASSEB, 2009, p. 293).

Ainda segundo Casseb (2009), o artigo 72 da Constituição Brasileira de 24 de fevereiro de 1891, reza que o ER deveria estar sob a responsabilidade dos ministros de cada confissão religiosa:

Art. 72 § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum (...) § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados (BONAVIDES, P.; AMARAL, R. 1996, p. 320 *apud* CASSEB, 2009, p. 292).

Vimos que apesar da grande mudança em busca da laicização do ER através da Reforma de Francisco de Campos (1930-1937), o ER continuou sob as orientações das Igrejas como expresso no artigo 72 § 3º, § 6º e § 7º, da Constituição de 1821.

1.2.2 Estado Novo (1937-1945)

Com a implantação da Reforma de Francisco de Campos, o artigo 133 da Constituição de 1937 estabelecia: “O Ensino Religioso ‘poderá ser contemplado’ como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”.

Em 1941, no projeto da Lei Orgânica houve uma fusão entre culto religioso e as aulas de ER, medida esta que atendeu as reivindicações da Igreja Católica, aproximando-a do Estado, já que as aulas de Religião foram canceladas no período da ditadura de Vargas. Esse movimento foi visto como um retrocesso, já que em toda a história da Educação no Brasil, travou-se uma luta pela laicização do ER através das varias reformas da Constituição e as tentativas de retirada do ER das mãos da Igreja, tornando o país detentor de uma liberdade religiosa, trazendo controvérsias quanto a essa liberdade, principalmente no sentido educacional.

De acordo com Casseb (2009), ainda no período Republicano, exatamente em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 4024/61, que no artigo 97 trazia a sua versão sobre o ER:

Art. 97. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1. A formação de classe para o Ensino Religioso independe de número mínimo de alunos. § 2. O registro dos professores de Ensino Religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva. (SAVIANI, 1996 *apud* CASSEB, 2009, p. 294).

Vimos que o ER pela LDB volta a ser inserido nos horários normais das escolas, sendo de matrícula facultativa e respeitando a confissão religiosa de cada aluno, sem número mínimo para formação de classes e sem ônus para os cofres públicos.

Segundo Oliveira (2007, apud Casseb, 2009, p. 294-295), em meio às discussões de confessionalidade e interconfessionalidade, a aplicação da LDB 4024/61 enfrentou dificuldades, tais como:

- O antagonismo entre as propostas dos defensores da laicidade do Estado e os defensores do princípio de que o ER faz parte da formação moral do cidadão;
- Os interesses das religiões em aumentar o seu número de fiéis e a influência exercida pela autoridade eclesial da região;
- A indicação de representantes evangélicos para desenvolver a função de professor devido ao grande número de variações de denominações protestantes;
- As discussões sobre a reforma proposta pelo Concílio Vaticano II.

Como lembra Casseb (2009, p. 295), em 1971 foi publicada a Lei 5.692/71 de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, que, devido ao golpe militar de 1964 depondo o então presidente João Goulart, foi necessário revogar e alterar dispositivos da legislação sobre a educação, fator que influenciou esta nova publicação.

Sem revogar totalmente a LDB de 1961, a Lei 5.692/71 trazia em seu artigo 7º parágrafo único a repetição do dispositivo da Carta Magna de 1968 e Emenda Constitucional nº 1/69, que reinsere o Ensino Religioso nos horários regulares, compondo a área de estudos de Moral e Cívica, Artes e Educação Física; com a visão de formar alunos voltados ao civismo e a moral adequada ao regime militar (OLIVEIRA, 2007 apud CASSEB, 2009, p. 295): “Art. 7 [...] Parágrafo único – O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina de horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei 5.692/71 apud CASSEB, 2009, p. 295).

Casseb (2009) nos mostra que na Constituição Federal de 1988, o artigo 210, parágrafo 1º do Capítulo III da Ordem Social, diz: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. Em 20 de dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, também conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, inserindo globalmente o ER na educação, trazendo como fundamento o respeito à variedade cultural e religiosa do Brasil, mantendo o ER como disciplina sem ônus para os cofres públicos:

Art. 33 § 3º o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de educação básica, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou seus responsáveis, em caráter [...]. (AZEVEDO, 2007 *apud* CASSEB, 2009, p. 296).

Casseb (2009) relata que com a promulgação da LDB de 1996 (Lei 9.394/96), houve muitos protestos que provocaram mudanças posteriores. Em 22 de julho de 1997, foi publicada a Lei 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB de 1996, onde se retira o termo “sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos” trazendo outros dispositivos, tais como:

Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (JUNQUEIRA, 2007, p. 45 *apud* CASSEB, 2009, p. 296).

Casseb (2009, p. 297) ainda nos mostra que com a Lei 9475/97, o ER no Brasil passa a ter as seguintes características:

- A disciplina é considerada como parte integrante da formação do cidadão;
- A não permanência do ER confessional e interconfessional nas escolas públicas;
- A disciplina deve ser oferecida e ministrada nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;
- Deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil;
- São vedadas quaisquer formas de proselitismo;
- Cabe aos sistemas regionais a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos e das normas para a habilitação e admissão dos professores.

Casseb (2009) mostra que a partir da Lei 9475/97, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução 02/98, estabelece que a disciplina deve ser integrada no conceito de área de conhecimento, definindo-se norteadores e estruturas de leitura e interpretação da realidade essencial para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referências religiosos (OLIVEIRA, 2007 *apud* CASSEB, 2009, p. 297).

Casseb (2009) finaliza que em meio a um debate acadêmico, legislativo e com a participação da sociedade civil organizada, em 1997 o FONAPER – Fórum nacional

Permanente do Ensino Religioso elabora coletivamente, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, com o intuito de subsidiar e auxiliar sistemas de ensino, professores e estudantes na caracterização geral o ER através da organização dos conteúdos (Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos, Ethos); tratamento didático dos conteúdos e dos pressupostos para avaliação, tomando como diretriz a abordagem do fenômeno religioso e das religiões pelo prisma da Antropologia da Religião (OLIVEIRA, 2007; FONAPER, 2006 *apud* CASSEB, 2009, p.297-298).

1.3. Constituição Republicana de 1988 e a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

De acordo com Cury (2004), em nosso país, o ensino religioso, legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, na medida em que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos, e a face existencial de cada indivíduo, torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico. (CURY, 1993 *apud* CURY, 2004, p. 184).

Ainda para Cury (2004), a Constituição da República de 1988 fundamentou a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Brasil dispositivos constitucionais deixam claro a laicidade no sentido de respeito à liberdade de cultos religiosos. Esse aspecto se evidencia no artigo 19 da Constituição da República de 1988, que diz:

É vedado à união, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – Estabelecer cultos religiosos ou igreja, subvencioná-los, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei a colaboração de interesse público; (BRASIL, 1988 *apud* CURY, 2004, p. 184).

Cury (2004) salienta que no art. 5º, nos incisos VI, VII e VIII, fica ainda mais claro o direito a laicidade em nossa República:

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;
VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação da assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de

convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, fixada em lei. (BRASIL, 1988 *apud* CURY, 2004, p. 184).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, inclui o ER como disciplina no art. 2010, § 1º: “O Ensino Religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. (BRASIL, 1988)

Cury (2004) nos mostra também a Lei nº 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 33 na sua versão original:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I – Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II – Interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996 *apud* CURY, 2004, p. 185).

Segundo Cury (2004), por pressão de várias autoridades religiosas, principalmente a católica, não satisfeitas com o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 05/97, onde o mesmo se pronunciou a fim de dirimir a questão do ônus financeiro da oferta desta disciplina pelo poder público, alegando com isso a violação do art. 19 da Constituição Federal que veda a subvenção a cultos religiosos e as igrejas, pressionou a presidência da República a fazer uso do seu direito de veto. Este parecer afirmava também:

[...] Por ensino religioso se entende o espaço que a escola pública abre para os estudantes, facultativamente, se iniciem ou se aperfeiçoem numa determinada religião. Desse ponto de vista, somente as igrejas, individualmente ou associadas, poderão credenciar seus representantes para ocupar os espaços como resposta à demanda dos alunos de uma determinada escola. (BRASIL, 1997, p. 2 *apud* CURY, 2004, p. 185).

Cury (2004) ressalta que devido a isso o próprio Executivo alterou o art. 33 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases (LDB), mediante projeto de lei, resultando na Lei 9.475/97, que passou a ser apresentado nestes termos abaixo indicados:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito á diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para habilitação e admissão

dos professores.

§2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (BRASIL, 1997 *apud* CURY, 2004, p. 185).

Como lembra Cury (2004) a Lei 9.475/97 mantém a oferta obrigatória e a matrícula facultativa da disciplina, devendo ser oferecida nos horários normais no ensino fundamental. No entanto a Lei mostra-se omissa quanto à vedação de ônus para os cofres públicos, abrindo brechas para que os recursos públicos fossem utilizados na oferta desta disciplina. Nesta nova versão continuou vedado o proselitismo favorecendo os princípios de respeito, tolerância e liberdade defendidos pela Constituição Federal de 1988.

A partir deste panorama geral das Constituições da República, em especial a Constituição de 1988, podemos observar as diversas fases do ER até chegarmos a nossa atual Constituição, a de 1988, passaremos adiante a explicar a Constituição do Estado de Sergipe, que se fundamentou na Constituição Republicana de 1988.

2. A Constituição de Sergipe e a Lei Orgânica de Aracaju

A Constituição da República de 1988 foi pilar para a construção da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e também das Constituições Estaduais, destacando a Constituição do Estado de Sergipe, que traz no artigo 222 disposições sobre o ER, este artigo traz o ensino religioso como disciplina de matrícula facultativa dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental:

222 – O ensino religioso e o de música, de matrícula facultativa, constituirão disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;

Parágrafo Único: As disciplinas de que trata o caput deste artigo serão incluídas como matrícula facultativa nos cursos de formação de professores para o ensino de primeiro grau. (SERGIPE, 1989, p.280).

A lei Orgânica de Aracaju de 1990 em seu artigo 307 exige do professor a titulação necessária para o exercício do magistério em Ensino Religioso, assegurando somente o ingresso de profissionais portadores destas titulações:

Art. 307 – Ficará assegurado pelo Município aos bacharéis em teologia, aos bacharéis em educação religiosa e aos portadores de título de licenciatura plena em educação religiosa emitidos por Seminário e Faculdades o ingresso para o magistério, para a cadeira de ensino religioso, nível superior, obedecendo ao que preceituam os artigos 37, inciso II da Constituição Federal e artigo 25, inciso II da

Constituição Estadual.

Parágrafo Único. Fica assegurado o acesso aos que com esta titulação exercem o magistério público. (ARACAJU 1990, p. 97).

A Lei orgânica de Aracaju de 1990 traz também em seu artigo 309, disposições retiradas da própria Constituição do Estado de Sergipe, neste mesmo artigo ela versa que “O Ensino religioso e musical, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas municipais” (ARACAJU, 1990).

Podemos observar na lei que rege o município de Aracaju, a exigência de formação superior nesta área de conhecimento para lecionar a disciplina de Ensino Religioso Apesar disso, cabe questionar se efetivamente este é um critério respeitado na seleção e contratação dos profissionais que ministrarão a disciplina em questão.

2.1 O Ensino Religioso em Sergipe

O Ensino Religioso em Sergipe de oferta obrigatória e matrícula facultativa está presente em todas as séries do Ensino fundamental.

Com base nas Constituições da República Brasileira de 1988 e do Estado de Sergipe de 1989, e na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da educação Nacional, a Secretária de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, através da Resolução nº 019/2003/CEE (SERGIPE, 2003), regulamenta a oferta do Ensino Religioso.

O Conselho Estadual de Educação de Sergipe, no seu artigo 1º regulamenta a oferta e matrícula do Ensino Religioso:

Art. 1º - O Ensino Religioso, de oferta obrigatória e matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, poderá ser oferecido através de módulos, seminários, conferências, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (SERGIPE, 2003).

No seu artigo 2º a Resolução nº 019/2003/CEE (SERGIPE, 2003), trata dos pressupostos a que os conteúdos desta disciplina devem subordinar-se de forma interdisciplinar, levando em consideração a relação essencial entre informação e realidade, despertando no educando a importância da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético.

Traz ainda o fenômeno religioso³ como cultura e identidade de distintos grupos sociais, estimulando a tolerância e o respeito, sendo articulado com os demais aspectos da cidadania.

Já no artigo 3º a Resolução nº 019/2003/CEE (SERGIPE, 2003), indica que o Ensino Religioso deverá ser incluso nas propostas pedagógicas, num processo participativo da comunidade escolar. O aluno ou seu responsável, no ato da matrícula, deverá optar se deseja cursar a disciplina, e poderá pedir seu desligamento quando manifestar formalmente este desejo. A avaliação não será de caráter promocional e sua carga horária deverá ser acrescida à carga horária anual mínima de 800 (oitocentas) horas.

Esta Resolução de nº 019/2003/CEE, trás todo um aparato legal para que o ER se desenvolva nas Escolas Públicas Estaduais, norteando os sujeitos envolvidos no desenvolvimento desta disciplina, de forma que seja ofertada com um caráter laico, facultativo e não promocional.

2.2 Os Modelos de Ensino Religioso

Segundo Passos (2007, p. 59 *apud* CASSEB, 2009, p. 299), os três modelos de Ensino Religioso indicados abaixo trazem como praticas concretas tendências da Educação Religiosa no Brasil, refletindo a historicidade de sua regulamentação e as lutas políticas que permearam a identidade desta disciplina e que até hoje permanecem presentes.

O modelo Catequético instituído pelas igrejas cristãs (católicas e protestantes), e o mais antigo de todos, tem como base a catequização do educando, trazendo consigo uma formação de idéias e valores corretos, contrapondo-se as idéias e valores falsos, em busca de recuperar o domínio da sociedade como era anteriormente.

Características do Modelo Catequético:

- Cosmovisão: unirreligiosa;
- Contexto Político: aliança Igreja-Estado;

³Fenômeno Religioso: consiste na diversidade de religiões, ou seja, é um conjunto de sistemas culturais e de crenças, além de visões de mundo, que estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seu próprios valores morais. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%A3o> <acesso em 12/11/2012>.

- Fonte: conteúdos doutrinários;
- Método: doutrinação
- Afinidade: Escola Tradicional;
- Objetivo: expansão das igrejas;
- Responsabilidade: confissões religiosas;
- Riscos: proselitismo e intolerância.

Ainda para Passos (2007, p. 59 *apud* CASSEB, 2009, p. 299), o Modelo teológico tem como premissa a superação da prática catequética, e considera a religião como sendo de caráter universal, que dá ao homem alusão a valores universais e morais. Este modelo trás como base principal para a sua ação pedagógica a antropologia e a teologia, repetindo a pratica do modelo Catequético, pois atribui a confissões religiosas a definição de seus conteúdos, demonstrando seguir um modelo de catequese disfarçada.

Características do Modelo Teológico:

- Cosmovisão: plurirreligiosa;
- Contexto Político: sociedade secularizada;
- Fonte: antropologia, teologia do pluralismo;
- Método: indução;
- Afinidade: Escola Nova;
- Objetivo: formação religiosa dos cidadãos;
- Responsabilidade: confissões religiosas;
- Riscos: catequese disfarçada.

Passos (2007, p. 59 *apud* CASSEB, 2009, p. 299) aponta que o modelo das Ciências da Religião surge no intento de romper com o proselitismo visto nos outros dois modelos de ensino, tratando a Educação Religiosa como uma ciência dentro dos sistemas de ensino. Este modelo tem como propósito a ação educativa, devendo ser visto como uma área de conhecimento. Este modelo não é encarado como uma atividade cientificamente neutra, porém deve ser apresentado como um aliado na luta contra o proselitismo dos outros modelos, tendo em vista toda a história da educação religiosa no Brasil e suas raízes confessionais e interconfessionais, este novo modelo de ensino deverá encontrar muita dificuldade em romper com a hegemonia dos então modelos Catequéticos e Teológicos.

Características do Modelo das Ciências da Religião:

- Cosmovisão: transreligiosa;
- Contexto político: sociedade secularizada;
- Fonte: Ciências da Religião;
- Método: indução;
- Afinidade: epistemologia atual;
- Objetivo: educação do cidadão;
- Responsabilidade: comunidade científica e do estado;
- Riscos: neutralidade científica.

Quanto aos modelos de Ensino Religioso citados, vemos que estes modelos apresentados tratam-se em sua maior parte da formação do professor e o tipo de modelo escolhido para a sua formação, a partir daí será definido como o professor se comportará em sala de aula: como um catequista, um teólogo ou alguém mais voltada a uma abordagem científica desta disciplina?

Ainda tratando de modelos de Ensino Religioso, Sena ([s.d.]) salienta também que existe uma grande polêmica quanto aos modelos Confessionais, Supra-confessionais, Inter confessionais e Disciplina Curricular, vejamos o que diz cada um deles:

- Modelo de ER Confessional: oferecido de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável e ministrado por professores preparados e credenciado pelas respectivas entidades religiosas;
- Modelo de ER Supra-confessional: ministrado nas escolas públicas, não admite qualquer tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestação em desacordo com o direito individual dos alunos e de suas famílias de professar um credo religioso ou mesmo o de não professar nenhum, devendo assegurar o respeito a Deus, à diversidade cultural e religiosa, e fundamenta-se em princípios de cidadania, ética, tolerância e em valores universais presentes em todas as religiões;
- Modelo de ER Inter-confessional: resultante de um acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração dos respectivos programas. Desenvolvido, em geral, por grupos de confissões cristãs, considera o que é comum às diferentes Igrejas ou confissões e respeita a especificidade de cada uma. O conteúdo básico é fundamentado na Bíblia;
- Disciplina Curricular: Nesse modelo o Ensino Religioso é pensado, como área

de conhecimento, a partir da escola e não das crenças ou religiões e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso. Independente do posicionamento ou opção religiosa, os educandos são convidados a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano e pautar-se pelos princípios do respeito às liberdades individuais; tolerância para com os que manifestam crenças diferentes e convivência pacífica entre as diversas manifestações religiosas que compõem a pluralidade étnica e cultural da nação brasileira. (SENA, [s.d.]).

Diante dessa diversidade de modelos de Ensino Religioso no Brasil, onde trás o professor de ER como personagem principal na difusão desses modelos de ensino nas salas de aula, cabe-nos perguntar: Qual a formação dos professores que se ocupam do Ensino Religioso nas Escolas Públicas Estaduais de Sergipe? Creio que questionamentos como este e outros que fizemos no decorrer deste trabalho só poderão ser respondidos a partir da pesquisa de campo, onde iremos conhecer mais profundamente a realidade do ER nestas escolas.

2.3 Formação Docente e Formação Continuada para o Ensino Religioso na rede pública estadual de Sergipe

Quando falamos de Formação Docente do professor que atua na área de Ensino Religioso, pensamos logo numa graduação específica como a de Teologia ou a de Ciências da Religião. É então que nos perguntamos: será que um professor com uma formação específica em um desses cursos estará realmente preparado para atender as exigências da Constituição de Sergipe de 1989 ou a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases? Será que com essa formação o professor estará isento de praticar o proselitismo dentro das salas de aula?

Vejamos o que traz a grade curricular desses dois cursos, e a partir daí entenderemos melhor o que nos faz acreditar na necessidade de uma formação específica em Ensino religioso:

Em pesquisa nas Universidades e faculdades de Sergipe, não encontramos nenhuma instituição que oferte o curso, portanto fomos buscar subsídios em uma das mais tradicionais Universidades do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica – PUC – Rio de Janeiro.

Sobre o curso de Teologia:

O curso de Teologia da PUC – RJ, busca maior compreensão da fé e da verdade revelada, associa fé e razão. Encontra na Sagrada Escritura e na reflexão sistemático-pastoral os suportes básicos de sua estrutura. Cada disciplina é desenvolvida com base nas fontes cristãs, cristalizadas na Sagrada Escritura e na Tradição, da qual faz parte o Magistério eclesial (PUC – RJ).

A reflexão teológica abre-se também ao diálogo interdisciplinar, a fim de tratar adequadamente os problemas atuais. Além da teologia propriamente dita, a graduação investe também numa sólida formação filosófica, enquanto pressuposto necessário para uma séria reflexão teológica (PUC – RJ).

Grade Curricular do Curso de Teologia:

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período
Análise e Produção de Texto Acadêmico; Introdução ao Pensar Teológico; Método de Pesquisa em Teologia; Língua Grega Bíblica I.	Sacramentos I (Introdução); Introdução Geral à Sagrada Escritura; Língua Hebraica Bíblica.	Teologia Fundamental; Sacramentos II (Iniciação Cristã); Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos.	Cristologia; Literatura Profética; História da Igreja I.	Pneumatologia; Eclesiologia; Sacramentos III (Reconciliação e Unção dos Enfermos); Literatura Sapiencial; Escritos Paulinos e Carta aos Hebreus.

6º período	7º período	8º período	9º período	10º período
Teologia da Espiritualidade; Antropologia Teológica I: Criação e Pecado; Sacramentos IV (Ordem e Ministérios); Escritos Joaninos 4; Introdução ao Pentateuco; Moral Fundamental.	Teologia Pastoral; Antropologia Teológica II: A Vida da Graça; Sacramentos V (Matrimônio); Livros Históricos do Antigo Testamento; Ética da Sexualidade e Bioética.	O Deus da Revelação; Teologia Pastoral II; Literatura Intertestamentária e Apocalíptica; Moral Socioeconômica e Política; História da Igreja no Brasil; Seminário de Monografia; Direito Canônico I; Liturgia I; Teologia e Campo Religioso Brasileiro.	Escatologia; Direito Canônico II; Ecumenismo; Liturgia II; Teologia e Diálogo Inter-Religioso	Monografia; Mariologia; Síntese Teológica: Exame Complexivo; Seminário de Teologia Sistemático-Pastoral.

Fonte: PUC – RJ.

O que podemos notar é que o curso Teológico estuda praticamente em todos os seus períodos o Cristianismo, então onde ficaria a formação do professor para se trabalhar a diversidade religiosa em sala de aula? Como já havíamos citado o modelo Teológico é uma catequese disfarçada, dessa forma como poderíamos evitar o proselitismo nas salas de aula, como manda a nossa Constituição Federal de 1988? Passemos agora a conhecer o curso de Ciências da Religião.

O curso de Ciências da Religião, não tão antigo quanto o Teológico busca inovar, mesmo não sendo uma ciência neutra, ele visa romper com os outros modelos de ensino, o que inclui o Teológico. Buscamos conhecer um pouco deste curso que atualmente é ofertado na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Grade Curricular do Curso de Ciências da Religião:

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período
História e religiosidade I; Abordagens fenômeno religioso ciências sociais I; Filosofia da religião; Teologia das religiões I; Psicologia do fenômeno religioso.	História do ensino religioso no Brasil; O campo religioso no Brasil I; Abordagens fenômeno religioso ciências sociais II; Introdução a psicologia do desenvolvimento.	Introdução a psicologia da aprendizagem; História e religiosidades II; Estrutura e funcionamento da educação básica; O campo religioso no Brasil; Teologia das religiões.	Mística e sociedade; Ecumenismo e dialogo inter-religioso; Religiões e religiosidade Afro-Brasileiras; Didática I; Religião e saúde.	O campo religioso em Sergipe; Materiais didáticos do Ensino religioso; Ciência, religião e magia; Arte e o sagrado; Novos movimentos religiosos.
6º período	7º período	8º período	9º período	10º período
Estágio supervisionado em Ensino Religioso I (prática); Tradições e religiões indígenas; Hermenêutica dos textos sagrados.	Língua Brasileira de Sinais; Estágio supervisionado em Ensino Religioso II (prática).	Estágio supervisionado III (prática).	Estágio supervisionado IV (prática).	

Fonte: UFS – SE.

Percebe-se claramente que o Curso de Ciência da Religião talvez por ser um curso de licenciatura é mais voltada para a prática docente e a formação do professor, pois trás em sua grade curricular disciplinas como didática e LIBRAS, disciplinas estas rotineiramente encontradas nos cursos de licenciatura. Já o curso Teológico é mais voltado para a formação de Ministros do Evangelho, sendo de grande importância ressaltar que se trata de um curso de bacharel e não de licenciatura o que por certo influencia na estruturação da grade.

Após conhecermos um pouco sobre esses cursos de formação, vejamos qual é o tipo de formação docente exigida pelo Estado de Sergipe para atuar na área de Ensino Religioso.

Na Resolução nº 019/2003/CEE no seu artigo 5º, é considerado apto para exercer o magistério do Ensino Religioso, o professor:

Graduado em Curso Normal Superior;

Portador de diploma de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento;
Portador de diploma de Licenciatura Plena em Ensino Religioso.

§ 1º - Além das exigências contidas nos incisos I e II deste artigo, o professor deverá ser portador de Curso de Extensão ou Capacitação continuada em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 360(trezentos e sessenta) horas, oferecidos por instituições de ensino devidamente autorizadas e credenciadas.

§ 2º - As Secretarias de Educação Estadual e Municipais deverão assegurar aos docentes que lecionam o Ensino Religioso a formação necessária exigida no parágrafo anterior.

Art. 6º - Compete a Secretaria de Estado da Educação, através de órgão próprio, acompanhar e avaliar o processo de capacitação do professor para o Ensino Religioso, executado por entidades autorizadas e credenciadas, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único – Para acompanhar e avaliar o processo de capacitação de que trata este artigo, a Secretaria de Estado da Educação poderá ser assessorada pelo Conselho de Ensino Religioso – CONER-SE ou por outra entidade de igual finalidade.

Art. 7º - A admissão de professores para a docência do Ensino Religioso, enquanto persistir a falta do docente devidamente habilitado, observará os critérios estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º desta Resolução. (SERGIPE, 2003).

Vimos que a Resolução nº 019/2003/CEE, no seu artigo 5º exige a formação em Licenciatura, sendo ela em qualquer área de conhecimento ou na área de Ensino Religioso, o que já sugere que o professor com formação apenas em Teologia (bacharelado) estaria inapto para exercera função. Observamos também que a própria Resolução no seu artigo 5º, nos incisos 1º e 2º exige que o professor passe por um Curso de Extensão ou Capacitação continuada em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 360 horas e ainda ressalta que as Secretarias de Educação Estadual e Municipais deverão assegurar aos docentes que lecionam o Ensino Religioso a formação necessária exigida no parágrafo anterior. (SERGIPE, 2003)

Em pesquisa de campo tivemos conhecimento de um Curso de Formação Continuada para a docência do Ensino Religioso, ofertado pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, no período de 2005 até 2010.

Visando atender ao que está regulamentado pela Resolução nº 019/2003 do Conselho Estadual de Educação, a SEED oferta este Curso de Formação Continuada, que foi á época vinculado ao Serviço de Ensino Fundamental, apontando uma ausência de um Conselho de Ensino Religioso junto a SEED. Mesmo ciente das limitações no seu quadro de professores, este curso visava promover uma formação continuada e se deu através de Fóruns, palestras, que discutiam propostas relacionadas a este ensino. Este projeto teve como elaborador o Padre

José Farias Santos, funcionário da SEED responsável por ministrar a maior parte do curso. (ANDRADE et al, 2008).

Em contato com a SEED, nos foi informado através de uma funcionária, representante do Ensino Religioso no Ensino Fundamental, que o Ensino Religioso encontrava-se em fase de transição, devido ao novo Referencial Curricular, desenvolvido pela Secretaria e disponível no site oficial da SEED.

Em entrevista junto a mencionada funcionária, pudemos obter informações importantes para a compreensão do panorama mais recente da ER em Sergipe, particularmente, no que se refere a formação dos docentes .

Sobre a ofertada do Curso de formação continuada para o ER considerado obrigatório aos professores que assumem esta disciplina em Sergipe a funcionaria nos indica que o curso teve início em 2005 e se estendeu até 2010, porém em 2011, com o lançamento do novo Referencial Curricular pela SEED, que é o novo norteador para os professores, não houve mais necessidade de ofertar. Porém, se a escola necessitar de curso para essa área deve entrar em contato com a Secretaria para que seja atendida.

A funcionária ainda ressalta que este curso também deixou de ser ofertado devido a mudança na visão da SEED, pois para a Secretaria o Ensino Religioso deve deixar de ser direcionado a religião de quem ministra a disciplina e sim direcionado ao estudo das religiões, e a SEED acredita que o novo Referencial Curricular vai atender a essa necessidade.

Sobre o não conhecimento por parte dos professores da Escola investigada em relação ao Curso oferecido pela SEED entre os anos de 2005 e 2010, a funcionária nos informa que a divulgação funcionava da seguinte forma:

O convite era enviado para as escolas, e o mesmo não tinha formato de curso e sim de reunião de debate para discussão do se deveria ser trabalhado em sala de aula. O material do curso (os 12 cadernos) servia apenas para orientação dos palestrantes. Quanto à presença dos professores, cabia a direção da escola repassar o convite aos professores e enviar os interessados. (Funcionaria SEED).

Um dos discursos valorizados pela SEED, e regulamentado na Resolução 019/2003/CEE é em relação à prática do proselitismo, onde a mesma veda quaisquer formas desta prática. Assim, buscamos entender junto a funcionária o porquê do Curso de Formação Continuada para Docentes do ER ter sido ministrado, em sua maior parte, pelo Padre Farias, e ela afirmou não saber, pois só passou a fazer parte do quadro funcional da SEED a partir de 2007. Porém ela acredita que o Padre esteve como responsável por ministrar o curso devido à questão religiosa, pois para ela devido o Padre Farias fazer parte do quadro funcional da

Secretaria, ser padre e professor, talvez ele fosse o mais indicado para a citada função, não sabendo informar se houve alguma outra representação religiosa além da católica representada pelo Padre Farias. A funcionária acredita que mesmo o curso sendo ministrado por um representante da religião católica, não houve a prática do proselitismo, pois as pessoas que trabalharam com o referido Padre neste curso relatam que, mesmo ele sendo um padre ele trabalhava muito a questão da diversidade religiosa, procurando mesclar temas mais gerais o que se refletiu no novo Referencial Curricular.

Ainda visando compreender a dificuldade enfrentada pelos professores quanto o ER, buscamos junto à funcionária informações quanto ao conhecimento da SEED em relação ao que é ministrado em sala de aula. Nesse sentido, a funcionária nos indica que a SEED não possui conhecimento do que é ensinado nas salas de aula, mas nos informa que existe um processo de preenchimento de plano de curso para um melhor acompanhamento, e que, pela legislação, o professor é obrigado a ter um plano de curso, dessa forma a SEED tem como saber o que se está sendo trabalhado em sala de aula.

A funcionária ainda esclarece que o Referencial Curricular foi criado com a parceria dos professores, quem efetivamente sabe do dia a dia do Ensino Religioso nas escolas, cada escola irá construir o seu próprio Referencial Curricular podendo ou não ser igual ao da SEED, o plano de curso deverá estar alinhado com o Referencial Curricular. Em relação a um futuro controle do que se está ensinando em sala de aula, é exatamente confrontar o Referencial Curricular com o Plano de Curso, mas de uma forma que não impeça a autonomia da escola quanto ao conteúdo que o professor vai ensinar. Se a escola solicita informação nessa área a SEED oferta a capacitação, podendo ficar a cargo da SEED a ofertar por solicitação ou mesmo pelo seu próprio planejamento, no momento não há previsão de capacitação, até mesmo pela questão da ausência por parte dos professores nos cursos anteriores.

Quanto à questão da avaliação, matrícula facultativa e falta, a funcionária nos informou que a escola deve seguir o que está previsto na Legislação, pois a matrícula na disciplina de Ensino Religioso é facultativa. Quanto à avaliação fica a cargo da escola a forma de avaliar sendo que a SEED orienta quanto à diversidade de métodos de avaliação. Em relação a nota esta disciplina faz parte da Base Nacional Comum devendo ter, ou não, nota, ficando a cargo da escola decidir, porém isto deve ser feito a partir do 4º ano de estudo, pois antes disso a legislação não informa se deve ou não reprovar. Todavia ela informa não se recordar de nenhuma orientação por parte da SEED para se fazer dessa forma. Existe ainda um órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da Legislação, a Inspeção Escolar, que

deve dispor desse tipo de informação.

Para finalizarmos a entrevista buscamos informações quanto a disputa entre os agentes religiosos quanto ao controle da disciplina de ER nas escolas públicas de Sergipe no que a funcionária informou que a LDB diz que essas pessoas eram responsáveis por ministrar as aulas da disciplina o que acabou de certa forma influenciando na escolha dessas pessoas. A funcionária considera que se a pessoa for profissional haverá uma separação entre o que é ministrado em aula e a sua confissão religiosa, como também em pode acontecer em outras áreas, pois sempre a religiosidade da pessoa vai estar presente independente de ser religião A ou B, acha ainda que mesmo se tratando de um indivíduo sem opção religiosa não há garantias que não haverá um ensino tendencioso, portanto não vê problemas quanto a esses agentes serem responsáveis por ministrar as aulas desta disciplina. Até as escolas ditas confessionais mudaram seu ponto de vista no sentido da religião porque hoje ela recebe todo tipo de aluno, independente da religião e ensina valores éticos, morais, também tendo seu momento de religião para os que querem participar, isso se deu pela perda do mercado, estamos em constantes mudanças.

Quanto ao conteúdo ministrado no Curso de Formação Continuada, apresentamos aqui, através uma breve descrição dos cadernos temáticos utilizados no Curso. Vale ressaltar que o Curso continha doze cadernos temáticos e que no dia da pesquisa os cadernos 1 e 2 não se encontravam no setor, quanto a funcionária, foi perguntado a ela onde se encontravam os cadernos, ela informou que os cadernos estavam em outro setor para serem digitalizados. Passaremos agora a descrever, de forma geral, os cadernos utilizados no Curso:

O Caderno 3 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: Ensino Religioso e o conhecimento religioso” se organiza em torno de 7 grandes tópicos quais sejam: Conhecimento e Ensino Religioso; Construção do Conhecimento; O ser Humano e a Tradição Religiosa; Tipos de Conhecimento; Conhecimento Religioso; Enfoques Epistemológicos do Conhecimento Religioso; Conhecimento no Ensino religioso. Nesse Caderno, com 34 paginas, contendo inclusive a íntegra da Lei 9.475, de 22 de julho de 1997 verificamos a indicação de autores como Wolfgang Gruen, Dermeval Saviani.

O Caderno 4 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Fenômeno Religioso no Ensino Religioso” se organiza em 4 grandes tópicos, sendo eles: A Importância do Fenômeno Religioso; A Evolução do fenômeno Religioso; Tradição Religiosa e Fenômeno Religioso; Fenômeno Religioso e as Respostas para a Vida Além da Morte. Esse caderno contém 40 páginas, e possui em suas referências Lei 9.475, de 22 de julho de 1997, e a indicação de autores como Padre Roque Zimmermam, Guisepe Stacone.

O Caderno 5 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Ensino Religioso e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz indígena” se organiza em 5 grandes tópicos, quais sejam: O papel da religião no sistema social dos povos indígenas; Ritos: onde tudo tem sentido; Como o índio valoriza a natureza; A Religião dos Guaranis; Teocosmologia Kaiová, uma instituição monoteísta?. Esse caderno contém 26 páginas e possui em suas referências o FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, observamos ainda a indicação de autores tais quais Eduardo Viveiro de Castro e Roberto Ervino Zwetsch.

O Caderno 6 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz ocidental” se organiza em 6 grandes tópicos, sendo eles: Cristianismo: da matriz oriental para a ocidental; O pensamento cristão; Os primórdios do cristianismo e seus modelos culturais; O Cristianismo no Brasil; O Espiritismo: uma tradição religiosa do ocidente; Um olhar sobre a religiosidade atual. Este caderno contém 44 páginas e possui em suas referências o FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso e a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, notamos ainda a indicação do autor Marcelo C. Azevedo.

O Caderno 7 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz africana” se organiza em 5 grandes tópicos, são eles: África-Brasil: onde dançam os deuses; A presença Africana na cultura brasileira; O aprendizado nas tradições afro-brasileiras; A Teologia Ancestral; Sincretismo Religioso Brasileiro, Símbolos, Amuletos e Fetiches dos Orixás, Inkices e Encantados. Este caderno contém 35 páginas e possui em suas referências o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais e ainda a indicação de autores como John Bonker, Marcelo Barroco.

O Caderno 8 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz oriental” se organiza em 6 grandes tópicos quais sejam: Hinduísmo: Ilumine-se – a verdade eterna; Tradições religiosas Chinesas; Budismo – O caminho da iluminação; Judaísmo: seja justo; Cristianismo; O Islamismo: Não há nenhum Deus se não Deus. Este caderno contém 35 páginas e possui em suas referências o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, observamos a indicação de autores como Jamil Almansur Haddad, W. Piazza.

O Caderno 9 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Ensino Religioso e o Ethos na vida cidadã” se organiza em 5 grandes tópicos, quais sejam: Ética e Ethos no Ensino Religioso; Ética; Moral – Ética – Lei; Ética e Religião: aproximação e diferença; Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino religioso e o Eixo Ethos. Esse

caderno contém 35 páginas e possui em suas referências o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, e autores como Maria Lucia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, Paulo Cezar Botas.

O Caderno 10 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Ensino Religioso e os seus Parâmetros Curriculares Nacionais” se organiza em 5 grandes tópicos que são: Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Religioso; Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Religioso (FONAPER); Objetivos do Ensino Religioso; Currículo na Diversidade Cultural Religiosa do Brasil; Ensino Religioso em novo paradigma. Esse caderno possui 31 páginas e possui em suas referências o FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, e autores como Miguel G. Arroyo, Antonio Gramsci, Cipriano C. Luckesi, Jean Piaget, Dermeval Savianni.

O Caderno 11 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Ensino Religioso na proposta pedagógica da escola” se organiza em 7 grandes tópicos, quais sejam: Proposta Pedagógica; Ensino Religioso nas Leis de ensino do Brasil a partir das concepções de religião – Construção do P.P.P.; Pressupostos do Ensino Religioso; Objetivos do Ensino Religioso; Conteúdos Programáticos; Metodologia; Pressupostos da Avaliação no Ensino religioso. Este caderno contém 35 páginas, e possui em suas referências as Diretrizes Curriculares Nacionais, e autores como: Anísia de Paulo Azevedo, José Carlos Libanêo, Teresa Cristina Rego e Vigotski.

O Caderno 12 intitulado “Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: O Ensino Religioso no cotidiano da sala de aula” se organiza em 5 grandes tópicos, quais sejam: A interação Professor-aluno na sala de aula; A Construção do conhecimento religioso na sala de aula; O tratamento didático no Ensino Religioso; O Ensino Religioso nos Ciclos; O desenvolvimento didático de temas em ciclos. Este caderno contém 36 páginas e possui em suas referências o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, e autores como Cipriano C. Luckesi, Dermeval Savianni.

Todos os dez cadernos foram elaborados pelo FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, eles possuem na maioria dos temas apresentados sugestões para o trabalho, que são atividades propostas para avaliar o que o professor aprendeu sobre o tema estudado.

Todo esse conteúdo programático deve ser colocado em prática, tendo o cuidado de não serem impostos valores ou regras de uma determinada religião, onde o aluno possa se sentir seguro e livre para conhecer as distintas religiões.

No entanto Andrade et al (2008, p. 6), nos lembra que o material pedagógico elaborado pela SEED, trás o Ensino Religioso como forma de construir um sentido para a vida do educando, passando por questões como a morte, onde a religião é vista como uma forma de esperança, partindo daí para assuntos como a Ressurreição, a reencarnação, a Ancestralidade e o Nada, passando assim a entender a sua condição humana, aprendendo valores como a paz, a verdade, a fraternidade e a justiça, demonstrando assim a presença do proselitismo religioso no currículo desenvolvido pela SEED.

2.4 Referencial Curricular para o Ensino Religioso na rede pública de Sergipe

Passada as discussões acerca do antigo Referencial Curricular construído pela SEED, apresentaremos agora o novo Referencial Curricular admitido pela Secretária. Este novo Referencial foi desenvolvido por professores que estão no dia-a-dia em salas de aula e que reconhecem os temas como fundamentais para serem tratados na disciplina. O novo currículo foi elaborado de acordo com as praticas dos professores, e pelos professores, juntamente com a SEED. Apresentaremos a seguir o novo Referencial Curricular adotado pela SEED, que deverá servir de base para que as escolas públicas estaduais desenvolvam seu próprio currículo.

Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe:

O novo Referencial Curricular desenvolvido pela SEED, elaborado para todas as séries do Ensino Fundamental, divide-se em: Competências Gerais, Habilidades, Conteúdos e Conceitos Básicos.

Podemos destacar no Referencial Curricular elaborado para o 1º ano do Ensino Fundamental, competências Gerais que tratam da paz mundial, respeito às escolhas religiosas, família e o ecossistema. Como habilidades esse programa trás a importância da convivência com o outro, culturas religiosas, respeito a si e ao próximo, valores e direitos e deveres, este mesmo programa apresenta conteúdos quais sejam minha identidade, eu e a realidade social, A visão de família segundo as tradições religiosas, relações afetivas no cotidiano e ações coletivas ou individuais no cotidiano familiar. Este mesmo programa trás também Conceitos Básicos tais qual a religião, família, afetividade, respeito, felicidade, sinceridade, honestidade

entre outros...

Destacamos também o Referencial Curricular elaborado para o 2º ano do Ensino Fundamental, que aponta competências Gerais que tratam também da paz mundial, respeito às escolhas religiosas, aproximação e distanciamento quanto às religiões atuais, religião como cultura, família e o ecossistema. Como habilidades esse programa trás a importância da convivência respeitosa com o outro, culturas religiosas na comunidade local, valores, a hierarquia na instituição social, manifestação religiosa na cultura indígena e africana e a família, este mesmo programa apresenta conteúdos sobre a religião e seu papel em nossa vida, manifestações religiosas afro-brasileira e indígena, valores morais e éticos, entre outros. Este mesmo programa trás também Conceitos Básicos tais qual a religião, felicidade, sinceridade respeito honestidade, dignidade entre outros. Vale ressaltar que o programa para o 1º e 2º ano apresenta competências, habilidades, conteúdos e conceitos básicos iguais.

No Referencial Curricular elaborado para o 3º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam do significado da religião, respeito às tradições religiosas nacionais e locais, manifestações religiosas do povo Xokó e comunidades quilombolas de Sergipe entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como identificar na comunidade as diferentes manifestações religiosas, aplicar regras de convivência que facilitem as relações sociais, conhecer as diferentes organizações familiares entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam o que é religião, ritos e festas religiosas no Brasil e me Sergipe, diversidade religiosa Brasileira entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos o rito, cultura, tradição, sincretismo, fé, crença entre outros.

O Referencial Curricular elaborado para o 4º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam das visões das religiões quanto ao amor, ódio, vida, natureza, sexualidade, honestidade e riqueza, respeitar as pessoas e suas escolhas religiosas entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como compreender o mito e religião, compreender o papel do homem e da mulher na religião, aplicar regras de boa convivência social entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam o que mito e religião, valores morais e éticos, entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos o mito, religião, gênero, subordinação, violência simbólica, entre outros.

O Referencial Curricular elaborado para o 5º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam do homem e universo segundo a visão religiosa e científica, ter atitudes que não partam do preconceito, respeitar a diversidade, entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como praticar atitudes que promovam a saúde e o bem estar, compreender o ciclo da vida, respeitar as opções sexuais do individuo, entre outras. Este

mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam discriminação e preconceitos, valores morais e éticos, o sentido da vida e da morte para diferentes religiões, entre outros. Ainda este programa apresenta como Conceitos Básicos o família, escola, igreja, DST, gravidez, sexualidade, drogas, pirataria entre outros.

Já o Referencial Curricular elaborado para o 6º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam de compreender a gênese que tratam dos diferentes troncos religiosos, compreender a relação entre diferentes ritos religiosos, analisar e entender o significado religioso nas comunidades indígenas e quilombolas entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como identificar, diferenciar e respeitar os diferentes símbolos religiosos, compreender os ritos religiosos como manifestações culturais de fé entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos relacionados a hierarquia e poder na construção formal das religiosidades, principais ritos, dogmas e lugares sagrados das religiões entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos a religião, cultura, evolução, poder, símbolo, rito, dogma entre outros.

O Referencial Curricular elaborado para o 7º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam de estabelecer relações de respeito com todos os indivíduos, analisar de forma crítica o posicionamento religioso frente aos fatos sociais, analisar os contextos e as consequências dos atos sexuais na adolescência entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como refletir sobre as causas da violência, adotar atitudes de solidariedade e amor ao próximo, desnaturalizar a barbárie social entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam filosofia e religião, preconceito e discriminação, visão religiosa e científica sobre o sexo e a gravidez na infância e na adolescência entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos a religião, filosofia, sistema econômico, violência, sexo, privacidade, preconceito entre outros.

Por sua vez o Referencial Curricular elaborado para o 8º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam de estabelecer relações de diferenciar os conhecimentos mitológicos e religiosos do conhecimento científico distinguir a diversidade religiosa compreendendo a importância de cada uma, analisar e compreender a importância do Estado laico para a liberdade religiosa do indivíduo entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como respeitar e valorizar todas as formas de religiosidade, refletir o valor da sexualidade na vida de cada ser humano, compreender a organização política do Estado brasileiro entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam mito, religião e ciência, a religião e o ceticismo, a religião e a violência, a visão das diferentes religiões sobre o sexo entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos o mito,

a religião e a ciência, política, seita, sincretismo entre outros.

Por fim o Referencial Curricular elaborado para o 9º ano do Ensino Fundamental, trás competências Gerais que tratam de viver de forma ética, respeitar os ritos sagrados e os símbolos nas diversas religiões, refletir sobre a importância do Transcendente na vida do ser humano entre outras. Esse programa desenvolve habilidades como respeitar a fé de cada ser humano, conhecer o papel da música na difusão das religiões, conhecer os ritos sagrados e os símbolos das diversas religiões entre outras. Este mesmo programa apresenta ainda conteúdos quais sejam filosofia, ciência e religião, história das Tradições Religiosas, os rituais religiosos e suas entre outros. Ainda este programa trás como Conceitos Básicos a filosofia, cultura, Tradição religiosa, ideologia, Teologia, moral, rituais entre outros.

CAPITULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que esta pesquisa tem como objetivo analisar a formação dos professores que se ocupam do Ensino Religioso na Escola Estadual Professor Carlos Moreira localizada no bairro Santo Antônio em Aracaju, Sergipe, optamos por um recorte metodológico eminentemente qualitativo que nos permitisse uma discussão transversal da problemática.

Mynaio et al (2008, p. 21) destaca que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes.

Considerado que esta pesquisa busca compreender o universo docente em relação a uma prática que se difunde com a realidade do professor dentro e fora das salas de aula, Mynaio et al (2008) afirma que o ser humano, visto como ser social é dotado de crenças que carregam em si todo um significado, fazendo com que o professor possa utilizar de sua crença como um recurso didático temos que “A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados” (MYNAIO et al., 2008, p.22).

Minayo et al (2008, p. 28) afirma que:

[...] análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca de compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador.

Assim, adotamos, de modo articulado, diferentes instrumentos de produção e coleta de dados, quais sejam: um questionário, aplicado aos professores com o objetivo de traçar um perfil geral desses profissionais e entrevistas estruturadas, também realizadas junto aos professores, com o objetivo de produzir e registrar um conjunto de informações referentes ao ensino religioso do qual se ocupam.

Mynaio et al (2008, p.65) sustenta que:

Uma Entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita a mesma dinâmica existente na própria sociedade. Quando se trata de uma sociedade ou de grupo marcado por muitos conflitos cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realiza - lá nos dados que ai são produzidos.

Tanto o questionário quanto a entrevista estruturada foram aplicados com oito professoras que se ocupam do Ensino Religioso⁴ na Escola investigada. Dentre esses professores duas professoras lecionam em programas federais como o “se Liga” e o “Acelera Brasil”, esses programas visam corrigir a defasagem entre a idade e série de alunos do ensino fundamental, um dos principais desafios do ensino básico brasileiro.

Participam também desse levantamento empírico seis professoras que estão em classes regulares do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Além dos dados produzidos junto aos professores foram feitas entrevistas estruturadas com doze alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, buscando compreender, ainda que em linhas gerais, a percepção que têm sobre o Ensino Religioso oferecido na Escola.

Vale ressaltar que a finalidade desta pesquisa é compreender o universo docente em relação ao Ensino Religioso na esfera da Educação Pública Estatal, sendo de grande importância destacar que os nomes da escola, das professoras e alunos são fictícios, preservando assim a identidade dos sujeitos pesquisados.

2.1 Campo de Pesquisa:

Visando compreender o universo do Ensino Religioso na esfera da educação pública estatal foi selecionada a Escola Estadual Professor Antônio Carlos Moreira Matos, essa escolha se deu principalmente por essa escola, no período da manhã, não ter aderido à greve dos professores estaduais⁵ que ocorreu ao mesmo tempo em que foi iniciado o trabalho de campo. A oportunidade de realizar a pesquisa nessa Escola surgiu devido à relação de parentesco com uma das funcionárias o que nos permitiu identificar que algumas classes do Ensino fundamental continuavam em funcionamento, apesar da greve já mencionada.

⁴Não foi possível obter informações precisas quanto a carga horária da disciplina de ER, no entanto em meio a entrevista duas professoras informaram que lecionam essa disciplina 1 vez por semana, enquanto outra relatou que não dá a disciplina toda semana.

⁵Greve dos professores da rede estadual de ensino que teve início no dia 16 de abril de 2012 e terminou no dia 16 de junho de 2012 (Disponível em: www.raquelrfe.com/2012/05/greve-professores-estado-sergipe.html<acesso em 29/06/2012>); (Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/06/professores-da-rede-estadual-de-sergipe-suspendem-greve-apos-58-dias.html><acesso em 05/07/2012>)

A Escola investigada atende alunos em situação de defasagem entre idade e série através dos programas do Governo Federal “Se Liga” e “Acelera Brasil”. O programa “Se liga” é a junção do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental, e o “Acelera Brasil” agrega o 4º e 5º ano, onde, nesses casos, o aluno é reintegrado as séries regulares de acordo com a sua idade. Nesta mesma Escola existe uma classe do 3º ano, uma do 4º ano e três do 5º ano (5ºA, 5ºB, 5ºC). No turno da tarde a escola funciona com o Ensino Fundamental maior, que compreende do 6º ao 9º ano. Existe também na Escola um programa chamado L.T.E. - Laboratório de Tecnologia Educacional tendo duas professoras articuladoras do LTE. Este projeto de Informática Básica na escola se apresenta como praticas pedagógicas ligadas à cidadania.

Segundo dados obtidos na Secretaria de Educação, através do seu portal, esta Escola possui 421 alunos matriculados no Ensino Regular que é compreendido entra o 1º ao 9º ano, sem que haja menção a existência dos programas federais “Se Liga” e “Acelera”, porém dados obtidos na própria Escola informam que os números reais são de 592 matriculados. Nesta mesma Escola, segundo dados disponibilizados nesta mesma fonte, existem: Acesso a Internet, Biblioteca e Sala de Recursos. Já o Projeto Político Pedagógico (P.P.P .-2008 a 2010), encontra-se em fase de reconstrução, visando atender as novas resoluções. Não encontramos no P.P.P. nenhuma informação quanto ao Ensino Religioso. No P.P.P. foi possível obter informações, como:

- A Escola possui os programas federais: Alfa e Beto, Se Liga e Acelera (não encontramos o programa Alfa e Beto em funcionamento);
- A Escola oferece esportes: vôlei, capoeira, dança de rua e Xadrez (não presenciamos a nenhuma realização desses esportes nos dias pesquisados);
- Segundo o P.P.P. a Escola possui em sua área física: 14 salas de aulas (encontramos apenas 7 salas em funcionamento);
- A Escola possui laboratório de informática;
- A Escola possui sala de Leitura e vídeo (o que observamos é que a sala de leitura e vídeo divide o mesmo ambiente ficando extremamente pequeno e desconfortável o seu uso, não existem mesas nem cadeiras, sendo utilizadas as carteiras da sala de aula);
- Secretária;
- Diretoria;
- Sala dos Professores;

- Sala de Comitê Pedagógico (não localizada durante a pesquisa na escola);
- Refeitório (desativado e readaptado na antiga sala dos professores);
- Galpão e anfiteatro (desativados);
- Almojarifado (não localizado durante a pesquisa na escola);
- Cozinha;
- Quadra Poliesportiva (desativada);
- 09 sanitários para alunos;
- Áreas livres e locais;
- Estacionamento de veículos.

A Escola segundo o P.P.P. possui os seguintes aparatos eletrônicos:

- Antena Parabólica (Cidadania e TV Escola);
- TV's;
- Vídeos;
- Retroprojetores;
- Data show;
- Computadores;
- Impressoras;
- Aparelho de Som com acessórios e caixas acústicas;
- Filmadora;
- Máquina fotográfica;
- Mimeógrafo;
- Biblioteca com aproximadamente 700 volumes;
- Jogos e materiais pedagógicos.

Observamos através das placas fixadas nas paredes, que a escola passou por diversas reformas e ampliações nos anos de 1979, 1990, 1994 e 2001. Segundo a coordenadora da escola está havendo uma preparação por parte da escola para que a mesma possa ofertar o Ensino Médio.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico esta Escola atende alunos com desnutrição, provenientes de lares desfeitos ou desestruturados pela falta de emprego, alcoolismo e uso de drogas. Ainda conforme o PPP, a Escola busca manter um bom

relacionamento com a comunidade, com pais conscientes e cooperativos. Apesar de a Escola localizar-se num bairro comercial, a população que utiliza os seus serviços é uma população pobre, carente e trabalhadora.

É de grande relevância para esta pesquisa ressaltar que a Escola apresenta uma postura religiosa confessional, pois, segundo funcionários, a Escola durante todo o mês de junho monta um altar em homenagem a Santo Antônio, está prática tem forte influência da Igreja de Santo Antônio localizada a poucos metros da Escola, na Colina do bairro Santo Antônio. Observamos também que na entrada da escola encontra-se uma grande pintura de uma imagem de uma Santa não identificada, essa informação corrobora com a afirmação da confessionalidade desta Escola.

Observamos também quanto a sua estrutura física que várias partes da escola estavam desativadas, pois segundo informações de funcionários a escola estava se preparando para uma reforma, o que não foi possível, pois uma semana após o término das pesquisas a escola foi interditada pela defesa civil, pois estava apresentando risco de desabamento.

Imagens da Escola pesquisada⁶



Foto 1: Biblioteca, sala de leitura e sala de vídeo.



Foto 2: Biblioteca, sala de leitura e sala de vídeo.

⁶Todas as fotos da escola foram tiradas pela pesquisadora com a autorização da direção da escola.



Foto 3: Secretaria



Foto 4: Sala dos professores



Foto 5: Laboratório de informática



Foto 6: Recepção

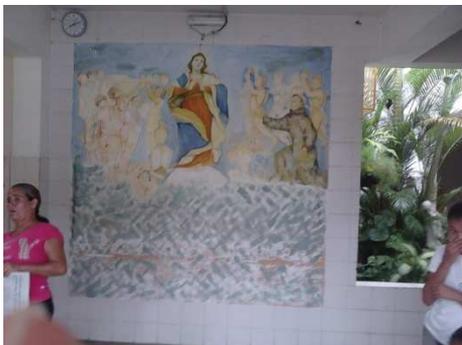


Foto 7: Entrada da escola



Foto 8: Corredor de acesso para as salas de aula.



Foto 9: Corredor de acesso para as salas de aula



Foto 10: Diretoria



Foto 11: Sala do “Se Liga”



Foto 12: Sala do 5º A



Foto 13: Banheiro dos funcionários



Foto 14: Sala do “Acelera Brasil”



Foto 15: Bebedouros



Foto 16: Banheiro feminino



Foto 17: Quadra Poliesportiva



Foto 18: Antena parabólica do Tv Escola



Foto 19: Área externa da escola



Foto 20: Anfiteatro



Foto 21: Cozinha



Foto 22: Salas desativadas



Foto 23: Sala do 5º ano B



Foto 24: Sala do 3º ano

2.2 Sujeitos da Pesquisa

Como o foco da pesquisa é a formação dos professores que se ocupam do Ensino Religioso foram pesquisadas oito professoras que atuam nesta área e que lecionam nos Programas Federais “Se Liga” e “Acelera Brasil”, e também nas séries regulares entre 3º ao 9º ano.

A princípio os sujeitos da pesquisa seriam os discentes do 9º ano do Ensino

Fundamental, por tratar-se de jovens com idade entre 16 e 17 anos, esperava-se um nível mais avançado de maturidade, a fim de preencher as lacunas existentes na percepção do aluno quanto ao Ensino, mas devido à greve dos professores da rede estadual de ensino foi preciso reformulara esse recorte. Assim, os sujeitos da pesquisa foram definidos considerando o conjunto dos professores que permaneciam realizando suas aulas.

A priori participariam também da pesquisa alunos que estudam no 9º ano do Ensino Fundamental, o que não foi possível devido a greve dos professores da rede pública estadual. Desse modo, redirecionamos a investigação para os alunos do 5º ano uma vez que esses eram os alunos com idade mais avançada que continuavam freqüentando as aulas. A adoção da variável idade para definir a turma de alunos foi tomada por consideráramos a possibilidade de uma maior compreensão sobre as aulas de Ensino Religioso. Assim, participaram da pesquisa 12 alunos do 5º ano, sendo 6 do 5ºB e outros 6 do 5ºC.

Foram entrevistados doze alunos, sendo seis do 5º ano B, indicados pela professora da série⁷, foram escolhidos três meninos e três meninas com idades entre dez e doze anos. Seis dos doze alunos entrevistados foram indicados pela professora do 5º ano C⁸, foram escolhidos cinco meninos e uma menina, com idades entre doze e quatorze anos.

2.3 Instrumentos de Pesquisa

Como instrumentos de pesquisa para coleta e produção de dados junto às professoras foram formulados um questionário e um roteiro de entrevista estruturada. O questionário foi organizado em três blocos: Perfil Geral, Formação Acadêmica e Experiência Profissional. No bloco Perfil Geral foram contempladas perguntas concernentes a dados pessoais do professor, tais como idade, estado civil, etc. No bloco Formação Acadêmica foram apresentadas perguntas concernente ao tipo e tempo de formação desses professores, dando um panorama geral da preparação acadêmica do professor que está ministrando aulas de Ensino Religioso.

No bloco Experiência Profissional foram atribuídas questões referentes a vida profissional, trazendo uma visão ampla das experiências vividas pelo professor dentro e fora da sala de aula.

⁷Ressaltamos que o fato dos alunos do 5º ano B, terem sido escolhidos pela professora, acreditamos que esta seleção não influenciou nos dados coletados para esta pesquisa.

⁸Ressaltamos que o fato dos alunos do 5º ano C, terem sido escolhidos pela professora, acreditamos que esta seleção não influenciou nos dados coletados para esta pesquisa.

No bloco Experiência Profissional foram atribuídas questões referentes a vida profissional, trazendo uma visão ampla das experiências vividas pelo professor dentro e fora da sala de aula

Já o roteiro de entrevista estruturada focou, com maior ênfase, a realização das aulas de Ensino Religioso e a percepção e o conhecimento desses docentes sobre o referido tema, abordando questões relacionadas às aulas ministradas. A entrevista estruturada foi escolhida como instrumento de pesquisa pelo fato de permitir certa interação entre pesquisador e o pesquisado sem perder o foco da investigação, otimizando questões centrais a exemplo de como este professor se tornou professor do Ensino Religioso, conhecendo assim os anseios, dificuldades e a formação dos Professores que se ocupam dessa disciplina. O roteiro de entrevista continha quatorze perguntas abertas.

Tanto o questionário quanto a entrevista envolveu as 8 professoras do Ensino Fundamental sendo: uma que atua no programa “Se Liga”, uma que atua no Programa Acelera Brasil, uma que atua no 3º ano, uma que atua no 4º ano, três que atuam no 5º ano e uma que atua do 6º ao 9º ano, respectivamente. Vale ressaltar que as professoras polivalentes, que compreendem desde os programas Acelera Brasil e Se Liga e as séries regulares que constituem no caso desta escola do 3º ao 5º ano, lecionam todas as disciplinas da grade curricular destas séries. Já a professora que atua do 6º ao 9º ano, é também responsável pelas aulas de informática, sendo uma das professoras articuladoras do programa L.T.E. – Laboratório de Tecnologia Educacional.

Para a coleta de dados junto aos alunos foi utilizado um roteiro de entrevista estruturada, onde houve uma interlocução entre pesquisado e pesquisador. O roteiro de entrevista estruturada continha quinze perguntas, sendo quatorze abertas e uma fechada, que traziam perguntas desde religião até o Ensino Religioso que é ministrado em sala de aula, tratando, assim, da realidade religiosa e a vivência do educando quanto ao Ensino Religioso, dentro e fora da sala de aula.

2.4 Realização do Trabalho de Campo

Ao longo do trabalho de campo ficou evidente que a relação de parentesco com uma das funcionárias da Escola facilitou o levantamento dos dados diante da boa recepção por parte do secretário da escola que autorizou rapidamente nossa presença na instituição pesquisada.

No entanto, essa boa acolhida não ocorreu junto à professora do 5º ano C, que colocou barreiras para a realização da pesquisa tanto em seu caso quanto no caso dos alunos, alegando, a princípio, não poder participar por não ter tempo disponível para responder ao questionário e a entrevista. Porém, essa resistência inicial foi suplantada pelos laços de parentesco entre a pesquisadora e uma das funcionárias da instituição.

Nas demais séries pesquisadas houve uma boa recepção por parte das professoras, onde as mesmas não mediram esforços na busca de contribuir com esta pesquisa.

Vale observar que só foi possível obter todos os dados recolhidos porque a mãe da pesquisadora ao momento em que ela aplicava os questionários e fazia as entrevistas, ficava na sala contendo os alunos que ficaram inquietos com a presença da pesquisadora na sala de aula.

As entrevistas com as professoras ocorreram na sala de aula durante a ministração da aula, no caso da professora do 6º ao 9º ano a entrevista e a aplicação do questionário se deram na sala dos professores, pois a mesma só atua no L.T.E. nas segundas, quintas e sextas-feiras. E a sala de informática se encontrava fechada.

Para a entrevista dos alunos, a princípio seriam selecionados doze alunos, sendo quatro do 5º ano A, quatro do 5º ano B e quatro do 5º ano C, porém a professora do 5º ano A foi afastada por motivo de doença, sem previsão de retorno. Diante desta circunstancia foram escolhidos pelas respectivas professoras, seis alunos do 5º B e seis alunos do 5º C. A professora do 5º B indicou alunos que, na sua concepção, estariam mais bem preparados para a entrevista, pois os mesmos teriam mais desenvoltura para conversar, já a professora do 5º C novamente colocou obstáculos para a liberação dos alunos, cedendo depois da insistência por parte da mãe da pesquisadora, indicando seis alunos que na visão dela estariam “desocupados das atividades”, ou seja, aguardando que fossem passadas para eles as próximas atividades. A entrevista com os alunos foi realizada na sala dos professores, no intuito de não atrapalhar a aula. Permaneceram na sala dos professores apenas os alunos e o entrevistador, durante a entrevista estes alunos foram perguntados sobre as várias questões abordadas no roteiro de entrevista, sendo entrevistado um de cada vez, à medida que eles eram entrevistados iam retornando para as suas salas de aula, porém ao final da entrevista quando haviam apenas duas alunas a sala dos professores foi solicitada tendo a pesquisadora, juntamente com as alunas, de concluir as entrevistas na secretaria, ambiente este de grande rotatividade de pessoas.

Foram utilizadas três manhãs para o desenvolvimento da pesquisa de campo. No primeiro dia foram entrevistadas as professoras, no segundo dia foram entrevistados os alunos e no terceiro dia foram coletados dados pendentes como: fotos das dependências da escola,

informações concernentes ao Projeto Político Pedagógico, informações com as professoras. O diretor da escola esteve presente somente no segundo dia da pesquisa, houve contato com o diretor por parte da pesquisadora para fins de apresentação, mediado pela mãe da pesquisadora. O secretário esteve presente no primeiro, segundo e terceiro dia da pesquisa, havendo contato com o mesmo por parte da pesquisadora, mediado da mesma forma. A coordenadora esteve presente no primeiro e terceiro dia da pesquisa sendo ela responsável pelo acesso ao P.P.P. da escola.

CAPITULO III

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS QUANTO AO ENSINO RELIGIOSO.

Este capítulo trata da análise das entrevistas e questionários aplicados com 8 professoras que atualmente se ocupam do Ensino religioso na Escola Professor Carlos Moreira Matos atuando em séries de 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e nos programas federais Se Liga e Acelera Brasil, e 12 alunos, sendo 6 do 5º ano B e 6 do 5º ano C. A partir dessas análises buscaremos compreender todas as questões levantadas na presente pesquisa.

Os questionários aplicados às professoras dividiam-se em três blocos: Perfil Geral, Formação Acadêmica e Experiência Profissional. Esses blocos foram tomados como base para estruturar a apresentação dos dados sistematizados e suas análises.

Através dos dados coletados com as professoras e alunos, foi possível identificar e comparar os pontos comuns e contraditórios, quanto a percepção docente e discente em relação a disciplina de Ensino religioso, podendo também identificar se o Ensino Religioso trás em suas práticas referências indicadas na LDB ou se ainda persiste num Ensino Religioso Confessional praticado durante ao longo da história desta disciplina.

3.1 Análises do perfil geral, acadêmico e profissional das professoras:

Bloco I: Perfil geral:

Tendo em vista que as professoras pesquisadas estão atuando em séries do Ensino Fundamental e em Programas Federais como o ‘Se Liga’ que compreende na junção do 1º, 2º e 3º ano e no ‘Acelera Brasil’ que trás a junção do 4º e 5º ano, visando suprir a defasagem entre idade e série desses alunos, e que a maior concentração de professoras atuam no 5º ano, fator de grande relevância para a escolha dessas turmas para a aplicação dos roteiros de entrevistas estruturadas com os alunos, passamos agora a analisar a quantidade de professoras distribuídas por séries.

Quadro 1: Proporção quanto as séries ocupadas pelas professoras pesquisadas (%).

Serie/ Programa que Ensina	Nº	%
Programa Se Liga (1º, 2º e 3º ano)	1	12,5
Programa Acelera (4º e 5º ano)	1	12,5
3º ano	1	12,5
4º ano	1	12,5
5º ano	3	37,5
6º ao 9º ano	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Em relação às séries que as professoras atuam, 25% atuam em programas federais tais como Se Liga e Acelera Brasil, 12,5% das professoras pesquisadas atuam no 3º ano do Ensino Fundamental, 12,5% das professoras atuam no 4º ano do Ensino Fundamental, 37,5% das professoras atuam no 5º ano do Ensino Fundamental, onde observamos a maior concentração de docentes e ainda 12,5% das professoras entrevistadas atuam em séries que abrangem do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 2: Proporção quanto a faixa etária das professoras pesquisadas (%).

Faixa Etária	Nº	%
Até 30 anos	1	12,5
31 a 50 anos	7	87,5
Acima de 50 anos	0	0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Em relação à idade pudemos observar que 87,5% das professoras pesquisadas estão na faixa etária de 31 a 50 anos.

Tendo em vista que os sujeitos pesquisados são todos do sexo feminino, não houve necessidade de trazer uma análise do quadro que trata do sexo desses sujeitos.

Quadro 3: Proporção quanto o estado civil das professoras pesquisadas (%).

Estado Civil	Nº	%
Solteiro	2	25,0
Casado	6	75,0
Mora Junto	0	0
Separado, Divorciado	0	0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Quanto ao quadro 3 que trata do estado civil podemos observar que 75% das professoras são casadas.

Quadro 4: Proporção quanto a maternidade das professoras pesquisadas (%).

Tem Filhos	Nº	%
Sim, 1 filho	3	37,5
Sim, 2 filhos	2	25,0
Sim, 3 filhos	1	12,5
Não	2	25,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

No quadro 4 que trata da questão das professoras serem ou não serem mães, vimos que 75% das professoras tem filhos porém, em sua maioria possuem apenas um filho.

Quadro 5: Proporção quanto a confissão religiosa das professoras pesquisadas (%).

Confissão Religiosa Atual	Nº	%
Católico	7	87,5
Protestante	1	12,5
Espírita	0	0
Sem Religião	0	0
Outros	0	0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

O quadro 5, trata da confissão religiosa atual das professoras pesquisadas, o que nos mostra que todas as professoras pesquisadas possuem uma confissão religiosa, sendo que 87,5% são católicas.

Quadro 6: Proporção quanto ao tempo de prática da religião entre as professoras pesquisadas (%).

Desde quando	Nº	%
Até 5 anos	1	12,5
De 6 a 10 anos	0	0
De 11 a 20 anos	1	12,5
Mais de 20 anos	5	62,5
Não Respondeu	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

No quadro 6, foi possível analisar o tempo de prática da religião dentre as professoras pesquisadas, considerando ainda que todas as professoras professam uma religião, destacamos que 62,5% estão nesta prática a mais de 20 anos. Tendo em vista que nenhuma das 8 professoras pesquisadas passou por mudança em sua confissão religiosa, não houve

necessidade de trazer uma análise do quadro que trata da mudança de confissão religiosa.

A partir deste apanhado temos um perfil geral das professoras que se ocupam do Ensino religioso na Escola Estadual professor Carlos Moreira Matos, desta forma podemos destacar que:

Das professoras pesquisadas 87,5% estão inseridas numa faixa de 31 a 50 anos e apenas 12,5% estão na faixa etária de até 30 anos. Quanto as professoras serem mães 25% delas afirmam não terem filhos, essas mesmas professoras compreendem uma faixa etária de 31 a 50 anos e são solteiras, já as 75% das professoras que são mães também são casadas e as que possuem maior numero de filhos encontram-se na faixa etária de 31 a 50 anos, o que também varia, pois as que afirmaram terem o menor numero de filhos estão na faixa estaria de até 30 anos e 31 a 50 anos, então podemos dizer que quanto maior o tempo de vida maior a quantidade de filhos. Das professoras que apontaram a sua confissão religiosa, 87,5% pertencem a religião católica, e 12,5% declarou-se protestante. Dessas professoras católicas 71,4% afirmaram pertencer a essa confissão religiosa a mais de 20 anos, apenas 14,28% afirmaram estar nesta confissão religiosa a 5 anos e 14,28% não respondeu. É importante ressaltar que em conversa com essas professoras elas relataram que são praticantes das suas respectivas religiões.

Bloco II: Formação Acadêmica:

Neste segundo bloco trataremos da Formação Acadêmica dessas professoras que atualmente se ocupam do Ensino Religioso nas séries pesquisadas. Este bloco visa construir um perfil acadêmico dessas professoras, buscando compreender se a sua formação é compatível com a função de docente na área de Ensino Religioso.

Quadro 7: Proporção quanto as professoras que possuem graduação (%).

Graduação	Nº	%
Pedagogia	7	87,5
Letras	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

No quadro 7 observamos que todas as professoras possuem graduação em cursos de Licenciatura, o que é requisito necessário para atuar nas séries da Educação Básica, conforme Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 62º que diz:

Art. 62º A formação de docentes para atuar na educação básica Far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação; admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Essas mesmas professoras também possuem o requisito necessário para atuar na área do Ensino Religioso, conforme Resolução 019/2003/CEE – Conselho Estadual de Educação, que reza no seu artigo 5º:

Art. 5º - Considera-se apto para o exercício do magistério do Ensino Religioso, o professor:
Graduado em Curso Normal Superior;
Portador de diploma de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento;
Portador de diploma de Licenciatura Plena em Ensino Religioso. (SERGIPE, 2003).

Quadro 8: Proporção quanto ao tempo de conclusão de graduação das professoras (%).

Tempo de Conclusão de Curso	Nº	%
Até 5 anos	2	25,0
De 6 a 10 anos	2	25,0
De 11 a 20 anos	3	37,5
Mais de 20 anos	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos no quadro 8 que para 50% das professoras pesquisadas o tempo de conclusão da graduação varia de 11 a mais de 20 anos atrás e os outros 50% possuem menor tempo de graduação que gira em torno de 10 anos atrás. Entendemos que os professores da Educação Básica devem estar sempre se atualizando para melhor desenvolvimento da docência, pois ao longo dos últimos 20 anos houve significantes mudanças nas exigências de formação docente.

Quadro 9: Proporção quanto às professoras possuírem curso de Pós- graduação (%).

Pós-Graduação	Nº	%
Psicopedagogia	1	12,5
Arte Educação/Planejamento Educacional	1	12,5
Formação Sócio-econômica do Brasil	1	12,5
Planejamento Educacional	1	12,5
Língua Portuguesa: leitura e escrita	1	12,5
Não possui	3	37,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 62,5% das professoras possuem curso de Pós-graduação e seus cursos são voltados para a área da educação, o que é muito importante, e apenas 37,5% não possuem o curso, o que pela Lei 9.394/96, artigo 62º, não aparece como requisito básico para atuação nas séries do Ensino Fundamental, porém como já havíamos citado, é de extrema necessidade para o docente atualizar-se buscando ampliar seus conhecimentos possibilidade facultada pela Pós-graduação. É importante ressaltar que as professoras que não possuem curso de Pós-graduação são as professoras que concluíram seus cursos de graduação há cerca de 10 anos atrás.

Quadro 10: Proporção quanto ao tempo de conclusão do curso de Pós-graduação das professoras pesquisadas (%).

Tempo de Conclusão de Curso	Nº	%
Até 5 anos	0	0
De 6 a 10 anos	4	50,0
De 11 a 20 anos	1	12,5
Mais de 20 anos	0	0
Não Possui	3	37,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 50% das professoras que informaram possuir curso de Pós-graduação, obtiveram o diploma há até 10 anos atrás, e apenas 12,5% das professoras possuem o diploma há 20 anos, e 37,5% das professoras não possuem o curso de Pós-graduação.

Neste mesmo bloco temático inserimos questões relativas a Formação Especifica na área de Ensino Religioso, nos referindo aos cursos de bacharéis em Teologia e Educação Religiosa ou cursos de Licenciaturas em Educação Religiosa ou Ciências da Religião, pois alguns desses cursos são requisitos básicos para a atuação na área do Ensino Religioso no município de Aracaju, conforme Lei Orgânica de Aracaju (1990), que diz no seu artigo 307:

Art. 307. Ficará assegurado pelo Município aos bacharéis em teologia, aos bacharéis em educação religiosa e aos portadores de título de licenciatura plena em educação religiosa emitidos por Seminário e Faculdades o ingresso para o magistério, para a cadeira de ensino religioso, nível superior, obedecendo ao que preceituam os artigos 37, inciso II da Constituição Federal e artigo 25, inciso II da Constituição Estadual.

Parágrafo Único. Fica assegurado o acesso aos que com esta titulação exercem o magistério público. (ARACAJU, 1990, p. 97).

Verificamos que nenhuma das professoras entrevistadas possui curso de Superior Especifico na área do Ensino Religioso. É certo que a Resolução 019/2003/CEE – Conselho Estadual de Educação, em seu artigo 5º, não exige esse tipo de formação para o exercício do magistério do Ensino Religioso. Porém esta mesma Resolução em seu artigo 5º, parágrafo 1º e 2º faz também outras exigências:

§ 1º - Além das exigências contidas nos incisos I e II deste artigo, o professor deverá ser portador de Curso de Extensão ou Capacitação continuada em Ensino Religioso, com carga horária mínima de 360(trezentos e sessenta) horas, oferecidos por instituições de ensino devidamente autorizadas e credenciadas.

§ 2º - As Secretarias de Educação Estadual e Municipais deverão assegurar aos docentes que lecionam o Ensino Religioso a formação necessária exigida no parágrafo anterior. (SERGIPE, 2003).

Então podemos concluir que as exigências legais contidas na Resolução acima citada não são obedecidas na Escola pesquisada, pois nenhuma das professoras possuem formação continuada em ensino religioso exigência formulada pela própria SEED, através da Resolução 019/2003/CEE, ressaltando que é de competência da própria SEED assegurar esta formação, o que claramente pode ser observado nos questionários o não cumprimento desta exigência.

A partir deste quadro geral observamos que todas as professoras obedecem aos requisitos mínimos para atuarem nas séries do Ensino Fundamental, inclusive na área do Ensino Religioso, conforme Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases, artigo. 62º e a Resolução 019/2003/CEE – Conselho Estadual de Educação, artigo 5º, exceto no quesito do Curso de Formação e Capacitação Continuada em Ensino Religioso de 360 horas que deveria ser assegurado ao docente que atua nesta área pela Secretária de Educação de Sergipe, conforme os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Resolução 019/2003/ CEE. Vale ressaltar que as maioria das professoras pesquisadas buscaram cursos de especialização em diversas áreas da educação, mesmo não sendo obrigatório para exercer o magistério.

Bloco III: Experiência Profissional:

Neste terceiro e ultimo bloco trataremos da Experiência Profissional das professoras pesquisadas, buscando conhecer suas experiências enquanto aspectos decisivos na construção do perfil profissional desses sujeitos.

Quadro 11: Proporção quanto ao tempo de magistério das professoras (%).

Tempo de Magistério	Nº	%
Até 5 anos	0	0
De 6 a 10 anos	1	12,5
De 11 a 20 anos	2	25,0
Mais de 20 anos	5	62,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 62,5% das professoras possuem mais de 20 anos de magistério, o que nos leva a crer que essas professoras possuem uma larga experiência em sala de aula, dominando o magistério de forma a superar as dificuldades enfrentadas na profissão docente.

Quadro 12: Proporção quanto ao tempo de magistério das professoras na área de Ensino Religioso (%).

Tempo de Magistério na Área de Ensino Religioso	Nº	%
Até 5 anos	1	12,5
De 6 a 10 anos	1	12,5
De 11 a 20 anos	2	25,0
Mais de 20 anos	4	50,0
Não Respondeu	2	25,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 50% das entrevistadas possuem mais de 20 anos de magistério na área de Ensino Religioso, ressaltando que essas professoras que afirmam exercer o magistério em Ensino Religioso há mais de 20 anos são as mesmas professoras que exercem o magistério há mais de 20 anos conforme quadro 11. Entendemos que pelo tempo de magistério na área de Ensino Religioso, as professoras deveriam buscar se especializar nesta área para exercer com maior adequação o magistério no Ensino Religioso, pois as mesmas não possuem nenhum

tipo de especialização na área do Ensino Religioso, conforme citamos acima.

Quadro 13: Proporção de outras disciplinas que as professoras pesquisadas já ministraram além do Ensino Religioso (%).

Já ministrou outras disciplinas além do Ensino Religioso. Quais?	Nº	%
Sim. Polivalente	2	25,0
Sim. Polivalente e Língua Portuguesa	1	12,5
Sim. Didática, Metodologias e Redação	1	12,5
Sim. Português	1	12,5
Sim. Matemática e Ciências	1	12,5
Sim. Não especificou	2	25,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que por tratar-se de professoras polivalentes elas estão sempre ministrando outras disciplinas, que são da própria grade do Ensino Fundamental, tais como: português, matemática e etc. Observa-se também que 12,5% das professoras entrevistadas ministraram disciplinas que não são da grade curricular do Ensino Fundamental, são elas: didática e Metodologias, ressaltamos que se trata da professora que leciona nas séries do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Quadro 14: Proporção de outras disciplinas que as professoras pesquisadas ministram além do Ensino Religioso (%).

Atualmente ministra outras disciplinas além do Ensino Religioso. Quais?	Nº	%
Polivalente	4	50,0
Redação, Articuladora do L.T.E.	1	12,5
Sim. Não especificou	2	25,0
Não Ministra	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 87,5% das professoras pesquisadas ministram outras disciplinas além do ER e apenas 12,5% das professoras afirmam não ministrar outras disciplinas além do ER.

Quadro 15: Proporção quanto ao exercício de outra atividade profissional além do magistério (%).

Já exerceu ou exerce alguma outra atividade no campo da educação que não a de professor. Qual?	Nº	%
Coordenadora Pedagógica	2	25,0
Não exerce ou Nunca exerceu	6	75,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 75% das professoras não exercem ou nunca exerceram outra atividade profissional além do magistério, e apenas 25% exerce ou exerceu a função de coordenadora pedagógica. Ressaltamos que mesmo exercendo outro tipo de atividade que não a do magistério, essas professoras continuaram a exercer atividade na área da educação.

Quando perguntadas sobre o exercício de alguma outra atividade profissional, todas as professoras responderam que sempre foram professoras.

Visto que 4 das 8 professoras entrevistadas apontaram ter concluído o curso de pós graduação acerca de 6 a 10 anos, e 1 afirma ter concluído o curso de 11 a 20 anos, destacamos que a educação está sempre em constantes mudanças e que esses cursos de pós graduação

podem hoje já não atender as necessidades do exercício do magistério, por isso insistimos na questão de que o professor deve estar renovando os seus conhecimentos, investindo em cursos e formações continuadas.

Voltemos às graduações, nas pesquisas aparecem professoras que apontam terem mais de 20 anos de graduação, ou terem de 11 a 20 anos, ou abaixo de 10, visto que o curso de pedagogia teve uma mudança significativa em sua grade a cerca de 3 anos atrás, como fica a formação dessas professoras? Se houve uma mudança no curso de formação é porque houve uma necessidade que a antiga grade curricular não estava suprimindo mais, e como fica esta situação dentro das salas de aula, que ira suprir essas necessidades dentro das salas de aulas ocupadas por professoras com mais de dez anos de formação.

Podemos concluir que estas profissionais passaram todo o seu tempo de experiência profissional atuando na área da educação, o que nos mostra que são plenas conhecedoras da educação Sergipana, dos seus avanços e retrocessos. Porém este estudo nos remete a formação dessas professoras que hoje incorre o risco de estar defasada.

3.2 Análises sobre as percepções docente quanto à formação e o magistério na área do Ensino Religioso:

Buscando conhecer o Ensino Religioso através do olhar docente, elaboramos um Roteiro de Entrevista Estruturada com perguntas diversas. Os dados coletados a partir do roteiro de entrevista realizada com as professoras e alunos, foram organizados em quadros para melhor compreensão dessas informações. A partir desses quadros foi possível estruturar a apresentação dos dados sistematizados e suas análises

Quadro 16: Proporção quanto aos motivos que levaram as professoras pesquisadas a darem início a docência em Ensino Religioso (%)

Percepção	Quantidade	%
Grade	4	50,0
Formação	2	25,0
Necessidade de o aluno estudar essa disciplina	2	25,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 50% das professoras entrevistadas afirmam terem iniciado na docência do Ensino Religioso, por se tratar de uma disciplina que já se encontrava na grade curricular, demonstrando que não houve escolha deliberada em atuar nesta área. Nesse caso as professoras justificam a vinculação com a disciplina dizendo: *Complementar a carga horária* (Rosângela); *Para professor polivalente já vem na grade* (Adriana); *Já está no currículo do ensino fundamental* (Paula); *Já está na grade* (Augusta), expressões que denotam a ausência de um interesse especial em trabalhar com a disciplina em questão.

Observamos ainda que 25% dessas professoras dizem possuir uma formação adequada para o exercício do magistério no Ensino Religioso, sendo este fator responsável por estar atuando nesta área. Assim, a professora Fabiana nos indicou que *possuir formação em pedagogia que oferece essa condição*, enquanto a professora Fabíola declarou *possuir curso de Ensino Religioso*.

Vale ressaltar que a Licenciatura em Pedagogia é um dos cursos exigidos para atuação na área do Ensino Religioso, conforme Resolução 019/2003/CEE e Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases.

Quando perguntada sobre ser portadora de um curso de Ensino Religioso a professora Fabíola nos informou que na época que cursava a graduação em Pedagogia, cursou uma disciplina específica de Ensino Religioso como disciplina optativa, o que, segundo ela, habilita a docência nesta área. Vale indicar que mesmo nos dias atuais não existe, no curso de Pedagogia, nenhuma disciplina obrigatória sobre o Ensino Religioso.

Observamos também que 25% das professoras informaram que o motivo da sua iniciação na docência do Ensino Religioso é pela necessidade de o aluno estudar essa disciplina. Assim a professora Emilia nos indicou *que existe uma necessidade de mostrar aos alunos que existe um ser superior, e que devemos olhar o nosso irmão do mesmo modo que queremos ser olhados*; enquanto a professora Cristiane declarou *existir uma necessidade do aluno, ficando a cargo do professor escolher se quer ensinar a disciplina*.

Observamos na fala da professora Emília a presença da religiosidade, já na fala da professora Cristiane observamos uma controvérsia quanto a resposta das outras professoras, pois ela informa que o professor é quem escolhe se vai ou não lecionar esta disciplina, enquanto as outras informam que não tem escolha pois a disciplina já vem na grade.

Quadro 17: Proporção quanto a percepção em relação a docência do Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Gosto, pois trabalho os valores com os alunos	2	25,0
Gosto, pois trabalho o espiritual dos alunos	4	50,0
Gosto, pois trabalhos os temas transversais	1	12,5
Gosto, porém a disciplina é desvalorizada	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 100% das professoras gostam de atuar na área do Ensino Religioso, ressaltando que elas apontam motivos diversos para gostar da docência nesta área, vejamos a seguir:

Gosto da disciplina porque nela posso trabalhar os temas transversais (Rosângela)
Colaboro com a formação espiritual do aluno, pois o ser humano é consciência e espírito (Fabiana)
Faço o que gosto (Fabíola)
Faz parte da prática, pois agente já transmite os valores (Adriana)
Em alguns momentos me sinto realizada, em outros como se estivesse pregando no deserto, por causa da desvalorização (Emília)
Sinto que estou ensinando algo importante (Paula)
É gratificante, porque geralmente estamos trabalhando uma temática que valoriza uma conduta na vivência do aluno (Augusta)
Sinto-me satisfeita, pela receptividade dos alunos em tratar de Deus e da Bíblia, apesar de não ser professora da área específica em questão (Cristiane)

Percebemos nas falas das professoras Fabiana e Cristiane a religiosidade transmitida através da sua resposta, demonstrando a inserção do Cristianismo no dia-a-dia da sala de aula. Ressaltamos que a professora Fabiana declara-se Católica Praticante e a professora Cristiane Protestante Praticante.

Observa-se ainda que as professoras Augusta e Adriana, tratam de valores nesta disciplina o que as deixam muito satisfeitas com a docência, já a professora Rosângela gosta de utilizar esta disciplina para trabalhar temas transversais.

As professoras Fabíola e Paula afirmam sua satisfação em fazer o que gostam quanto à docência do Ensino Religioso, porém a professora Emilia informa gostar da docência nesta área mais sente a disciplina muito desvalorizada.

Quadro 18: Proporção quanto a importância do Ensino Religioso na Grade Curricular (%).

Percepção	Quantidade	%
Auxilia na formação de valores do aluno	5	62,5
Auxilia na formação espiritual do aluno	3	37,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 62,5% das professoras entrevistadas dizem que a importância de ter a disciplina de Ensino Religioso na grade curricular é pelo auxílio que aporta na formação dos valores dos alunos. Assim as professoras justificam que o que é ensinado na disciplina de ER *resgata os valores morais, respeito às diferenças religiosas, evitando o proselitismo* (Rosângela); *É importante porque humaniza o ser da criança, preparando-a para enfrentar as diversidades* (Fabiana); *É muito importante, devido ao comportamento do aluno, pois melhora vários aspectos na escola, como o comportamento* (Adriana); *A disciplina de religião auxilia na formação interpessoal dos alunos, direcionando-os para uma boa formação como pessoa humana* (Emilia); *Muito importante, pois trabalhamos valores e princípios* (Augusta).

Observamos nas falas dessas professoras a importância de se trabalhar valores nesta disciplina, pois conforme Resolução 019/2033/CEE em seu artigo 2º, tratam desses pressupostos:

Art. 2º - Os conteúdos do Ensino Religioso nas escolas de ensino fundamental da rede pública subordinam-se aos seguintes pressupostos:

- a) da concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação;
- b) da necessária contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade;
- c) da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético;
- d) do reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente;
- e) de que o ensino religioso deve ser focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania. (SERGIPE, 2003).

Observamos que 37,5% das professoras entrevistadas dizem que a importância de ter a disciplina de Ensino Religioso na grade curricular é pelo auxílio trazido por esta disciplina na

formação espiritual dos alunos. Nesse caso as professoras declararam a importância porque *Trabalha a parte espiritual do ser humano* (Fabíola); *No mundo de hoje a religião sempre está colocada em segundo plano e as religiões sempre pregam o amor e o respeito ao outro diante da atual situação da sociedade, a exemplo a violência* (Paula); *Tem uma grande importância pela falta de religião em casa por parte do aluno, pois eles devem aprender mais sobre a Bíblia e comportamento religioso* (Cristiane).

Observamos ainda que para as professoras Fabíola, Paula e Cristiane a questão da religião esta muito presente nesta disciplina, dando destaque para a professora Cristiane que prega o Cristianismo.

Quadro 19: Proporção quanto aos conteúdos visto como centrais (%).

Percepção	Quantidade	%
Diversidade Religiosa	2	25,0
Valores	1	12,5
Deus	2	25
Temas Bíblicos	2	25
Aspectos Sociais	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que os conteúdos vistos como centrais para as professoras são diversos e vão desde a Diversidade religiosa até Deus. Vimos que a diversidade religiosa é tida como conteúdo central por parte de 25% das professoras que indicam em suas falas conteúdos centrais como a *religiosidade, respeito às diferenças evitando o preconceito, trabalha as várias religiões. Porque faz parte do cotidiano deles (ecumenismo)* (Rosângela); *as diversidades das religiões, trabalhar contra o preconceito religioso* (Fabíola).

Os valores são tomados como conteúdo central por parte de 12,5% das professoras que declararam utilizar conteúdos relacionados a *caráter, solidariedade. Porque o caráter é o que ele vai ser e a solidariedade leva a se preocupar com o outro e com o meio* (Fabiana).

Os aspectos sociais são vistos como conteúdo central por parte de 12,5% das professoras que relatam que a *violência e aspectos sociais nos quais eles estão inseridos* (Augusta), são temáticas que devem ser trabalhadas na Disciplina de Ensino Religioso,

Porque contempla uma transformação consciente (Augusta); Percebemos a presença desses conteúdos na Resolução 019/2003/CEE. Também encontramos no Referencial Curricular da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, disponível em seu site oficial, que esses temas são indicados para serem trabalhados nesta disciplina.

Observamos ainda que 50% das professoras entrevistadas declaram que os conteúdos vistos como centrais são aqueles que falam sobre Deus incluindo os Temas Bíblicos. Essas professoras nos indicam que *trabalhar sobre Deus, os mandamentos, a importância da religião, respeito ao próximo. Pois a partir daí terão a formação moral, religiosa e cristã* (Adriana); *O amor a Deus e ao próximo. Porque quem ama respeita, ajuda e faz tudo para o bem comum* (Emilia); *Textos bíblicos que estudam a páscoa, criação do mundo, oração, corpo como templo do espírito santo* (Paula); *Criação do mundo, milagres que Jesus realizou na terra, parábolas que trazem exemplo bom exemplo moral. Porque é importante que a criança conheça Jesus e tenha um bom exemplo moral* (Cristiane).

É importante ressaltar que quando se fala em trabalhar a religião em sala de aula com seus temas Cristãos tais como: Deus e Temas Bíblicos deve-se lembrar que existe uma diversidade religiosa que é sempre indicada para os trabalhos na área do Ensino Religioso, conforme Resolução 019/2003/CEE. Também encontramos no Referencial Curricular da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, disponível em seu site oficial. Para Sena [s.d.], dessa forma o professor estará evitando um ensino Confessional, já que para se ter esse tipo de ensino deverá o aluno, ou seu responsável, fazer a opção, e o professor deverá estar preparado e credenciado pelas respectivas entidades religiosas. (SENA, [s.d.]).

Ainda pra Sena [s.d.] se não há essa opção por parte do aluno o correto é que se tenha um Ensino Religioso visto como uma Disciplina Curricular, pois desta forma o Ensino Religioso é pensado, como área de conhecimento, a partir da escola e não das crenças ou religiões e tem como objeto de estudo o fenômeno religioso. Independente do posicionamento ou opção religiosa, os educandos são convidados a cultivar as disposições necessárias para a vivência coerente de um projeto de vida profundamente humano e pautar-se pelos princípios do respeito às liberdades individuais; tolerância para com os que manifestam crenças diferentes e convivência pacífica entre as diversas manifestações religiosas que compõem a pluralidade étnica e cultural da nação brasileira. (SENA, [s.d.]).

Na Constituição Federal de 1891, preconiza que o Ensino Religioso deve ser leigo por vivermos em um país laico, e mesmo com as reformulações da Constituição Brasileira esse pressuposto continuou presente na Constituição de 1988, ainda em vigor.

Já na Lei 9.475 de 22 de julho que alterou o artigo 33º da Lei 9.394/96, reza que:

Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso JUNQUEIRA, 2007, p. 45 *apud* CASSEB, 2009, p. 296).

Vimos que a Lei veda qualquer tipo de proselitismo, ou seja, qualquer tipo de intento, zelo, diligência, empenho ativista de converter uma ou várias pessoas a uma determinada causa, ideia ou religião, que é o caso citado pela Lei o proselitismo religioso. Portanto se o professor prega o cristianismo na sala de aula como única forma de ensinar a disciplina de Educação Religiosa, ele está transgredindo a Lei 9.475/97 em seu artigo 33º.

Quadro 20: Proporção quanto aos conteúdos trabalhados nas aulas (%).

Conteúdos	Quantidade	%
Diversidade Religiosa	2	25,0
Textos Bíblicos	5	62,5
Aspectos Sociais	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos neste quadro que os conteúdos de maior utilização por parte de 62,5% das professoras são Textos Bíblicos, o que nos remete mais uma vez a observar as Leis 9.394/96, 9.475/95, a Resolução 019/2003/CEE e o referencial Curricular da SEED, visando atender o que este disposto nestes documentos, evitando com isso um Ensino Confessional e o Proselitismo. Observamos ainda que a professora Fabiana que no quadro 19 tinha como conteúdo central os valores passa agora no quadro 20 a utilizar na maioria das vezes em suas aulas textos Bíblicos: *livros apropriados (didáticos), que trazem textos da bíblia* conforme a professora registra.

Ainda tratando da utilização dos Textos Bíblicos, vejamos as diversas falas das professoras que utilizam essa opção:

Deus, os mandamentos, a importância da religião, respeito ao próximo (Adriana)
Músicas e textos da Bíblia sagrada (Emília)
Utilizo o livro “Pão Diário Trás Surpresas Para Hoje” (livro evangélico utilizado

nas Escolas Dominicais das igrejas protestantes) *este livro trás um tema para cada dia da semana. Exemplo montanhas da bíblia. Por ser um estudo bíblico, é um conhecimento da bíblia, deveria ser ecumênico, mas é difícil o acesso a materiais em outras áreas* (Paula)

Criação do mundo, milagres que Jesus realizou na terra, parábolas, e a Bíblia Sagrada (Cristiane).

Para 25% das professoras os conteúdos mais trabalhados em sala de aula se relacionam a Diversidades Religiosas, assim essas professoras relatam que trabalham conteúdos sobre *religiões (no geral), ceitas e heresias, temas voltados para a realidade, ex: bulling, homofobia, adolescência* (Rosângela); *Textos sobre as diferentes religiões* (Fabíola). E apenas 12,5% das professoras entrevistadas utilizam conteúdos sobre aspectos sociais com maior frequência, relatando que utilizam *textos sociais que falam sobre violência, drogas* (Augusta).

Ainda sobre essas temáticas, vale lembrar que esses são pressupostos indicados para o Ensino religioso por parte dos professores, conforme a Resolução 019/2003/CEE, e o Referencial Curricular da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, disponível em seu site oficial.

Quadro 21: Proporção quanto à necessidade da formação específica para a docência do Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Norteia o trabalho docente	5	62,5
Evita o proselitismo	3	37,5
Desenvolve o espiritual através da formação específica	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que quando perguntadas sobre a necessidade de uma formação específica na área do Ensino religioso, 62,5% das professoras afirmam que existe essa necessidade, pois a formação específica é responsável por nortear o docente em sua prática, excluindo-se desta alternativa a professora que indicou sua formação pedagógica como capaz de suprir essa área de conhecimento. Para elas se existe uma formação específica para área, como é o caso das outras disciplinas, deve ser considerado esta alternativa, pois o professor estará mais bem preparado para exercer da melhor forma, o magistério do Ensino religioso, disciplina esta muito polêmica. Nesse caso as professoras justificam a necessidade da formação específica

dizendo: *Para nortear o trabalho, pois cada um trabalha da forma que quer ai com a formação você tem um espaço para debater, fica mais organizado (Rosângela); Em tudo que vamos ensinar é necessário um conhecimento específico dos conteúdos (Fabíola); Com a formação saberá transmitir os conteúdos de uma forma correta e abrangente (Adriana); Não existe subsídio para os professores, então os professores de outras áreas que atuam no Ensino Religioso acabam transmitindo um ensino tendencioso (Paula); Como em todas as áreas de conhecimento a formação religiosa é importante para que se conheça as técnicas a até mesmo como lhe dar com o aluno e os pais de alunos que não concordam que seu filho aprenda sobre religião (Cristiane).*

Já para 37,5% das professoras entrevistadas a formação específica ajuda ao professor a evitar o proselitismo nas aulas desta disciplina. Acreditamos que com uma formação superior correta, não tendenciosa, em Ensino Religioso o professor será capaz de neutralizar a sua confissão religiosa em prol do cumprimento da Lei. Assim as professoras indicam que a necessidade existe porque *Não se trata de uma catequese religiosa, trata-se de ecumenismo, trabalhando sem tendências, formação da ética (Fabiana); Porque muitos ensinam a religião que acredita e a disciplina em questão deve direcionar o aluno para o bem (Emilia);*

Já para a professora Augusta a importância da formação específica é direcionada para o lado espiritual, o que não ficou muito claro para a pesquisadora na hora de fazer análise dessa informação.

Porque o homem além de ser um ser psicossocial é também um ser espiritual (Augusta).

Quadro 22: Proporção quanto aos requisitos para a docência do Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Ter formação específica	3	37,5
Acreditar em Deus	2	25,0
Ter visão ecumênica	1	12,5
Ter religião	1	12,5
Ter valores morais	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que quando perguntadas sobre os requisitos necessários para a docência do Ensino Religioso 37,5% das professoras afirmam que a formação específica é o requisito necessário, porém para a Resolução 019/2003/CEE no seu artigo 5º, os requisitos exigidos são possuir alguma dessas graduações, que são as Graduações em Curso Normal Superior, Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento e a Licenciatura Plena em Ensino Religioso.

Ainda para Holanda (2004), segundo a Lei 9.475/97, apresenta aspectos para a formação dos professores do ER no que se diz respeito pressupostos para a educação básica do cidadão:

Esses aspectos exigem conhecimento de outras linguagens dentro da multiplicidade dos sistemas e tradições religiosas, além das exigências referentes a postura profissional de cada educador, que se relaciona com a identidade, a criticidade e o respeito a liberdade de pensamento do estudante.

Além da apropriação desses saberes, os requisitos necessários para o profissional do ER incluem:

- Conhecimento dos elementos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do estudante.
 - Análise sobre o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifesta manifestações socioculturais;
 - Esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável;
 - Disponibilidade para o diálogo e capacidade de articulá-lo a partir de questões suscitadas no processo ensino-aprendizagem do estudante;
 - Interlocução entre escola e comunidade e mediação de conflitos.
- (HOLANDA, 2011, p. 147-148).

Nesse caso as professoras justificam que o requisito para a docência em ER é a formação específica dizendo: *Formação específica, ou participação da formação continuada. Para não deixar solto, desorganizado* (Rosângela); *Formação específica, ou participação da formação continuada. Para não deixar solto, desorganizado* (Adriana); *Ter conhecimento específico sobre educação religiosa. Porque sem esse conhecimento o professor vai ficar obsoleto* (Augusta).

Observamos ainda que 12,5% das professoras entrevistadas afirmam que o requisito necessário para a docência no ER é ter uma visão ecumênica, essa afirmação é uma busca no sentido de não tornar o ER confessional dentro das salas de aula, porém é necessária que o professor tenha conhecimento de que esta visão ecumênica não deverá abranger apenas religiões cristãs, pois a diversidade religiosa não se restringe ao cristianismo, existe uma gama de religiões, tais como: o judaísmo, islamismo, as tradições religiosas dos índios com seus ritos, o espiritismo, a umbanda, o candomblé, o hinduísmo, o taoísmo, o budismo, ceitas e heresias, entre outras. O fenômeno religioso tem crescido ao longo dos tempos, o que não impede de um professor se deparar com tal situação, onde o mesmo pode encontrar em sala de aula um aluno de uma dessas outras religiões diversas, e aí? Será que este professor está preparado para lidar com tal situação? Entendemos a posição da professora que elege o ecumenismo como requisito para o magistério do ER, porém o professor deve se preparar para enfrentar este tipo de situação dentro da sala de aula. O ecumenismo é válido desde que abranja as religiões em sua totalidade. Vejamos, a seguir, a resposta da professora Paula quanto ao ecumenismo:

Ter uma visão ecumênica, ter o conhecimento das religiões. Porque assim o professor terá o equilíbrio necessário para não influenciar os alunos (Paula).

Observamos ainda que 25% das professoras pesquisadas, afirmam que o requisito para o magistério do ER é acreditar em Deus, o que nos faz cair na mesma lógica de raciocínio acima. Acreditar em Deus, que Deus? O Deus do cristianismo? Pois é, vale ressaltar que nas diversas religiões apresentadas acima também existe uma variedade de deuses. Nesse caso as professoras justificam que acreditar em Deus é o requisito para a docência em ER dizendo: *Acreditar que há um Deus Criador. Porque não posso falar do que não acredito* (Fabiana); *Acreditar em Deus, no desenvolvimento do lado espiritual. Acreditar no que você ensina* (Fabíola);

Voltando a mesma temática, 12,5% das professoras entrevistadas dizem que o requisito importante para o magistério no ER é ter uma religião, o que mais uma vez nos traz a mesma

problemática, pois se o ER atual trás uma proposta quanto ao fenômeno religioso, buscando estudar as diversas religiões, visando de forma concreta não utilizar o ER como uma catequese religiosa, então perguntamos: qual a importância de se ter uma religião para assumir a docência nessa área se ER busca o conhecer as diversidade religiosas?. Para a professora Cristiane ter uma religião é o requisito importante para o magistério do ER, por quê? Existe em seu exercício do magistério uma pratica proselitista e confessional? Vejamos a sua resposta para respondermos a essa pergunta:

Ter uma religião, conhecer da Bíblia. Porque todas as religiões se apoiam na Bíblia Sagrada (Cristiane).

Observa-se na resposta de Cristiane um ensino proselitista, pois nem todas as religiões são cristãs, sabemos que apenas as religiões cristãs se reportam a Bíblia Sagrada.

Observamos, ainda, que 12,5% das professoras entrevistadas afirmam que ter valores morais se torna o requisito necessário para o magistério do ER. Sabemos que é recomendado o ensino de valores nas aulas de ER, conforme Resolução 0019/2003/CEE artigo 2º, porém este mesmo artigo mostra que é de suma importância trabalhar outros pressupostos, como o fenômeno religioso, que é o que tentamos demonstrar no decorrer deste trabalho. Portanto concluímos que ensinar valores é fundamental e recomendado, mas não entendemos como requisito principal para a docência no ER, pois o professor deve possuir um conjunto de requisitos que abrangem todas essas lacunas que o ER produz em sala de aula. Vejamos a seguir a fala da professora Emilia:

Integridade, generosidade e vida em retidão (Emília)

Quadro 23: Proporção quanto a contribuição docente na educação formal do aluno (%).

Percepções	Quantidade	%
Desenvolvimento de valores morais e éticos	8	100
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos a unanimidade nas respostas das professoras quando perguntadas qual a contribuição docente na educação formal do aluno, 100% das professoras concordam que a contribuição desta disciplina para a educação formal do aluno é o desenvolvimento de valores

éticos e morais, já era esperado já que essas professoras buscam trabalhar com seus alunos a todo tempo valores o que é recomendado pela Resolução 019/2003/CEE em seu artigo 2º. Entendemos ainda que quando elas trabalham a questão da religião, ainda que, religião cristãs, pois todas as professoras confessam religiões cristas, sendo que 7 das oito professoras entrevistadas são católicas e apenas 1 é protestante e todas são praticantes de suas religiões, elas buscam ensinar valores cristãos que muito se aproximam dos valores éticos e morais, a exemplo: da convivência solidária (Resolução 019/2003/CEE, artigo 2º, c). Para tanto algumas delas utilizam a Bíblia Sagrada ou textos bíblicos como material didático em suas aulas, a exemplo do livro de Provérbios, capítulo 3, versículos 27 e 28, que diz: Não deixeis de fazer o bem a quem o merece, estando em tuas mãos a capacidade de fazê-lo; Não digas a teu próximo: vai e volta amanhã que to darei, se já os tens contigo. Porém aí, voltamos a mesma problemática de utilizar a Bíblia como material didático, tornando o ER um ensino confessional e com isso praticar o proselitismo.

Quadro 24: Proporção quanto ao conhecimento do Programa de Ensino Religioso adotado pela SEED (%).

Percepção	Quantidade	%
Sim, o programa é adaptado, mas não substitui a formação específica.	1	12,5
Não	7	87,5
Total	8	10

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 87,5% afirmam não conhecer o Programa de Ensino Religioso adotado pela SEED, programa este que se encontra disponível no site oficial da Secretaria de Estado e Educação de Desporto e Lazer, com a nomenclatura de Referencial Curricular. Acreditamos que se essas professoras buscassem esses subsídios elas teriam uma menor dificuldade em lecionar o ER, e com isso também evitariam praticar um ensino confessional, trazendo o proselitismo para a sala de aula, pois o Referencial Curricular trás um norte para aos professores apresentando um programa de temas para serem trabalhados em sala de aula. Esses temas buscam trabalhar o fenômeno religioso e as diversidades religiosas, valores, sexualidade, família, temas transversais, entre outros.

Ainda 12,5% das professoras entrevistadas dizem conhecer o programa, porém afirma

que ele não substitui uma formação específica. Concordamos que a formação específica na área de ER é muito importante para o melhor desenvolvimento da disciplina, porém o programa não foi criado no intuito de substituir esta formação, este programa visa nortear o professor quanto a temas que devem ser trabalhados em sala de aula, visando evitar um ensino confessional.

Quadro 25: Proporção quanto ao conhecimento do Programa de Formação Continuada para o docente do ensino Religioso da SEED (%).

Percepção	Quantidade	%
Apenas conhecimento da existência	1	12,5
Não	7	87,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 87,5% das professoras entrevistadas não têm conhecimento do Curso de Formação Continuada para o docente de ER e apenas 12,5% informa ter apenas conhecimento da existência. O curso de Formação Continuada da SEED, intitulado de Ensino Religioso: Capacitação Para Um Novo Milênio, ofertado pela SEED nos anos de 2005 até 2010, sendo extinto no ano de 2011, devido ao novo Referencial Curricular da SEED, funcionava como um campo de debate para que os professores adquirissem conhecimento a fim de preparar o novo Referencial Curricular. Em entrevista com uma funcionária da SEED, perguntamos como se dava a divulgação deste curso para que os professores interessados pudessem participar, já que na escola onde foi feita a pesquisa a maioria dos professores afirmou não ter conhecimento deste curso. Nesse caso vejamos o que diz a funcionária da SEED:

O convite era enviado para as escolas, e o mesmo não tinha formato de curso e sim de reunião de debate para discussão do se deveria ser trabalhado em sala de aula. O material do curso (os 12 cadernos) servia apenas para orientação dos palestrantes. Quanto a presença dos professores, cabia a direção da escola repassar o convite aos professores e enviar os interessados (Funcionária da SEED).

Ainda na entrevista a funcionária explicou que poucos professores, onde a direção da escola havia recebido o convite, participaram do curso o que corrobora com a informação colhida através da coordenadora da escola pesquisada, que informou que a época chegou o

convite para este curso e que apenas 1 professora foi enviada para o curso e que a mesma já se encontra aposentada.

A funcionária da SEED informa ainda que se a escola necessitar de curso para essa área é só entrar em contato com a Secretaria que prontamente eles irão atendê-los.

Quadro 26: Proporção quanto ao maior desafio ou dificuldade na docência do Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Falta da formação específica	3	37,5
Falta de acompanhamento e subsídios por parte da SEED	3	37,5
Desinteresse do aluno	1	12,5
Não há dificuldades	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 37,5% das professoras afirmam que a maior dificuldade quanto a docência no ER é a falta de formação específica, o que já foi evidenciado no quadro 21. Nesse caso as professoras justificam que a dificuldade na docência do ER é a falta da formação específica dizendo: *Trabalhar com uma disciplina que não possui formação específica, porque você não tem abrangência da disciplina* (Adriana); *Falta de embasamento teórico para trabalhar em sala de aula. Porque você não dá uma visão ampla aos alunos, restringindo apenas ao que você conhece* (Paula); *Dificuldade nos textos, conhecimentos que atendam a realidade do aluno. Por causa da falta de formação específica* (Augusta).

Já 37,5% das professoras entrevistadas informam que a maior dificuldade na docência do ER é a falta de acompanhamento e fornecimento de subsídios pela SEED, o que por sua vez não corrobora com a informação fornecida pela funcionária da Secretaria de Educação, assunto este bastante explanado no quadro 25. Nesse caso as professoras justificam que a falta de acompanhamento da SEED é o que dificulta a docência no ER dizendo: *Falta de acompanhamento da SEED. Porque eles não passam nenhum material para o professor e não orientam temas, não ouve o professor, deveria nortear o professor* (Rosângela); *A desvalorização. Existe um descaso da própria SEED em relação ao Ensino Religioso*

(Fabíola); *Falta de material didático. Porque o material didático é o apoio para o professor* (Cristiane).

Observamos que 12,5% das professoras afirmam que a sua maior dificuldade é o desinteresse do aluno. A professora Emília relata que *o desinteresse dos alunos, visto que a disciplina para eles não tem valor nem nota. Apenas 12,5% das professoras afirmaram não encontrar dificuldades.*

Quadro 27: Proporção quanto a receptividade do aluno em relação a disciplina de Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Boa receptividade, porque não querem reprovar	1	12,5
Boa receptividade pela metodologia usada	2	25,0
Boa receptividade por ser diferente das outras disciplinas	1	12,5
Sem receptividade pela visão equivocada	1	12,5
Sem receptividade porque a disciplina não tem nota	1	12,5
Sem receptividade porque não tem religião ou são de religiões diferentes.	2	25,0
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 50% das professoras entrevistadas afirmam que vêm por parte dos alunos uma boa receptividade quanto a disciplina por diversos motivos. 12,5% dessas professoras alegam que a boa receptividade a disciplina se dá porque os alunos não querem reprovar. Perguntada se ela tinha conhecimento que a disciplina de ER não deve ter caráter promocional (conforme Resolução 019/2003/CEE, artigo 3º, parágrafo 3º).

Esta mesma professora nos disse que tinha conhecimento dessa informação, porém a escola não permite ao professor revelar essa informação ao aluno. Para a funcionária da SEED a disciplina pode ou não ter caráter promocional ou nota, *“a escola deve seguir tudo o que está previsto na Legislação, quanto a avaliação fica a cargo da escola a forma de avaliar a SEED orienta quanto a diversidade de métodos de avaliação, quanto a nota esta disciplina faz parte da Base Nacional Comum devendo ter ou não nota, ficando a cargo da escola*

decidir, porém isto deve ser feito a partir do 4º ano de estudo, pois antes disso a legislação não informa se deve ou não reprovar, mas não me recordo de nenhuma orientação por parte da SEED para se fazer dessa forma. Existe ainda um órgão responsável por fiscalizar essa parte do cumprimento da Legislação que se chama Inspeção Escolar, lá deverá ter esse tipo de informação.”

Para 25% das professoras a boa receptividade da disciplina por parte dos alunos se dá pela metodologia utilizada em sala de aula. Nesse caso as professoras justificam que a boa receptividade da disciplina é devido a metodologia dizendo: *Eles cobram ao professor quando não tem aula de religião. Pela metodologia usada (Fabiana); Gostam dos temas que trago, pois trabalho em cima da vivência deles, fazendo com que participem da aula (Augusta).*

Ainda para 12,5% das professoras entrevistadas essa boa receptividade se dá pela disciplina de ER ser diferentes das outras, pois todo ano ela se renova. Vejamos a seguir a fala dessa professora:

Gostam muito, perguntam, participam. Porque é uma coisa nova, diferente do que eles vêem todos os anos (Cristiane).

Observamos que 50% das professoras entrevistadas afirmam que não vêm por parte dos alunos uma boa receptividade quanto a disciplina por diversos motivos. 12,5% dessas professoras alegam que a falta de receptividade da disciplina se dá porque a disciplina não tem nota, o que mais uma vez nos remete a uma controvérsia, já que segundo a informação prestada pela funcionária da SEED, que diz:

[...] quanto a nota esta disciplina faz parte da Base Nacional Comum devendo ter ou não nota, ficando a cargo da escola decidir, porém isto deve ser feito a partir do 4º ano de estudo, pois antes disso a legislação não informa se deve ou não reprovar, mas não me recordo de nenhuma orientação por parte da SEED para se fazer dessa forma.

Porém para a Resolução 019/2003/CEE, art. 3º, parágrafo 3º, a avaliação não deverá ser promocional, o que nos mostra que a escolha por parte dessa professora está correta. Vejamos a fala desta professora:

Na maioria das vezes falta interesse. Porque a disciplina não tem nota (Emília).

Ainda para 12,5% das professoras a falta de receptividade dessa disciplina por parte

dos alunos se dá pela visão equivocada do próprio aluno, o que não ficou claro já que a mesma foi taxativa em sua resposta. Vejamos:

Não tem muita aceitação. Porque tem uma visão equivocada (Fabíola).

Para 25% das professoras entrevistadas a falta de receptividade se dá por o aluno não ter religião ou confessar outros credos religiosos, o que nos faz pensar que o seu desinteresse se dá porque as aulas de ER se tornaram uma catequese religiosa. Nesse caso as professoras justificam que a falta de receptividade quanto à disciplina está ligado a causas religiosas dizendo: *Pouca, não dão muita importância. Porque não tem em casa, nunca foram à missa e outros são de outras religiões (Adriana); No início eles têm vergonha de falar de religião. Acho que porque eles não têm uma orientação religiosa em casa (Paula).*

Percebe-se claramente na fala da professora Adriana, que ela oferece a esses alunos um ensino totalmente confessional, quando a mesma usa o termo “*nunca foram à missa*”. Acreditamos que esse desinteresse por parte desses alunos se dá pela forma e conteúdo ministrados em sala de aula, pois fica claro que as aulas de ER se transformaram em uma catequese religiosa, confessional.

Quadro 28: Proporção quanto aos conteúdos de maior preferência dos alunos (%).

Percepção	Quantidade	%
Aspectos Sociais e valores, porque são voltados para a realidade deles.	4	50,0
Música gospel, diversidade religiosa e histórias bíblicas, porque são temas jovens	1	12,5
Temas relacionados a Deus como: páscoa, natal e os mandamentos e a oração porque são de maior conhecimento deles	2	25,0
Parábolas, por causa da dramatização	1	12,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 50% das professoras entrevistadas afirmam que os conteúdos de maior preferência dos alunos são os conteúdos que tratam dos aspectos sociais, pois são voltados para a realidade deles. Esses conteúdos, segundo a Resolução 019/2003/CEE e o

Referencial Curricular da SEED, são conteúdos indicados para serem trabalhados em sala de aula na disciplina de ER, talvez isso explique a preferência da maioria dos alunos por estes conteúdos, pois são conteúdos específicos e atuais. Nesse sentido as professoras demonstram que os aspectos sociais são os conteúdos de maior preferência por parte dos alunos dizendo: *Mais voltados para a realidade, sociedade. Gostam de tratar os temas veiculados na mídia, que são de interesse de todos e chamam atenção* (Rosângela); *Todos, pois trás a realidade do aluno, pois é uma construção e o professor percebe a receptividade e a forma que eles guardam os conteúdos* (Fabiana); *Família* (Emilia); *Falo sobre violência, drogas. Pela vivência deles, pois se tornam sujeitos desses processos* (Augusta);

Para 12,5% das professoras entrevistadas temas joviais como música gospel, diversidade religiosa e historia bíblicas são de preferência desses alunos, ela justifica que essa preferência se da devido a se tratar de uma população jovem. Vejamos a fala dessa professora:

Música gospel, diversidade religiosas, histórias bíblicas e temas joviais. Porque são jovens (Fabíola).

Para 25% das professoras entrevistadas as preferências dos alunos são por temas relacionados a Deus, como: os mandamentos, a páscoa, a ressurreição e etc. Elas justificam essa escolha por parte dos alunos devido a esses temas serem de maior conhecimento deles. O que nos faz pensar que todo o ER aprendido na escola por parte destes alunos, são ensinamentos cristãos, tornando-se uma educação confessional, o que de fato pode ser comprovado durante toda a entrevista das professoras. Portanto as professoras que os temas relacionados a Deus são os conteúdos de maior preferência por parte dos alunos dizendo: *Páscoa (morte e ressurreição de Jesus), natal (nascimento de Jesus), os mandamentos. Porque tem maior conhecimento através de filmes, pesquisas e até mesmo fora da escola* (Adriana); *Oração. Porque é um tema que mais se aproxima deles* (Paula);

Ainda para 12,5% das professoras entrevistadas o tema de maior preferência por parte de seus alunos são as parábolas. Ela justifica essa escolha devida a dramatização feita por eles no uso das parábolas. Mais uma vez nos deparamos com o cristianismo sendo hegemônico na sala de aula e neste caso percebemos que a preferência dos alunos não se dá pelo tema em si e sim pela metodologia utilizada. Vejamos a seguir a fala desta professora:

Parábolas com dramatização. Porque eles trazem essas lições para a vida deles e também por causa da dramatização (Cristiane).

Quadro 29: Proporção quanto aos conteúdos de maior resistência dos alunos (%).

Percepção	Quantidade	%
Os perigos de ficar (namoro), porque discordam da visão do professor	1	12,5
Temas ligados a práticas religiosas como: missa, leitura da Bíblia Sagrada e orações. Pois não possuem práticas religiosas.	3	37,5
Temas distantes da realidade dos alunos	1	12,5
Não apresentam resistência aos temas trabalhados	3	37,5
Total	8	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 62,5% das professoras entrevistadas afirmam que os alunos são resistentes a alguns temas propostos por elas. Esses temas variam de aspectos sociais á Bíblia Sagrada. Para 12,5% das professoras o tema de maior resistência dos alunos são os temas ligados a namoro, especificamente os perigos de “ficar”. Entendemos que esse é um tema que deve ser trabalhado em sala de aula, pois acompanha o Referencial Curricular da SEED, que recomenda que seja tratada a questão da sexualidade nesta disciplina, acompanhando também os temas transversais do PCN do ER – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso. Entendemos ainda a resistência por parte dos alunos, pois por se tratar de jovens na faixa etária de 12 a 16 anos, o interesse deles é realmente o de namorar e “ficar”, que é o que esta na moda entre eles. No entanto, os alunos talvez resistam a esses temas por conta da lógica moralizante e católica que pode estar no discurso das professoras.

Observamos que para 37,5% das professoras os temas de maior resistência por parte de seus alunos são temas ligados a práticas religiosas, tais como: missa, leitura da Bíblia Sagrada e orações. Elas justificam que a resistência dos alunos por esse temas se dá por eles não possuírem pratica religiosa. Isso nos remete, mais uma vez, a entendermos que as práticas religiosas referidas pelas professoras tratam-se de práticas cristãs. Como já repetimos por diversas vezes o ER religioso deve trazer uma proposta que abranja a diversidade religiosa, incluindo essas pessoas que não possuem nenhuma pratica religiosa. O desinteresse por parte dos alunos é um dos perigos de passar para eles um ensino confessional.

Entendemos ainda que quando 12,5% das professoras entrevistadas afirmam que temas distantes da realidade do aluno são os mais suscetíveis a desinteresse por parte deles,

elas afirmam temas ligados a religião não tem muita aceitação por serem distantes deles no sentido de eles não professarem uma religião. Nesse caso podemos perceber como elas chegaram a essa conclusão pois se justificaram dizendo: *As orações (Ave-Maria, Pai-Nosso). Porque são repetitivos (Fabiana); Missa, evangelho, Bíblia Sagrada. Porque não é tratado em casa, não vai á missa, não lê a Bíblia e isso gera conflito (Adriana); Textos bíblicos. Por causa do afastamento de Deus, eles não compreendem que o homem é um ser espiritual (Augusta); Temas que são distantes deles. Porque eles não se interessam (Paula).*

Observamos ainda que 37,5% das entrevistadas não se queixaram de resistência por parte dos alunos quanto aos temas trabalhados por elas.

Podemos perceber que existe por parte das professoras um ensino confessional, quando em sua maioria trabalham temas ligados a Bíblia Sagrada, sendo que existe uma diversidade de religiões que devem ser trabalhadas. Percebemos, ainda, que existe uma certa tolerância por parte dos alunos quanto o ensino religioso. As professoras sabem da importância de uma formação específica, porém as mesmas não buscaram se especializar nesta área. No entanto, a partir da entrevista da análise das entrevistas dos alunos poderemos confrontar as informações relatadas pelas professoras.

3.3 O Ensino Religioso sob o olhar dos alunos da Escola Estadual Professor Carlos Moreira Matos:

Neste tópico iremos apresentar o olhar dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, sob a disciplina de Ensino Religioso, buscando compreender este universo da sala de aula.

Passaremos agora a trazer as falas dos 12 alunos entrevistados, que foram identificados por letras com o intuito de preservar a identidade dos mesmos. A partir das falas desses alunos e da proporção através dos quadros, será possível fazer uma breve análise da vivência desses sujeitos quanto a esta disciplina. Vejamos abaixo:

Quadro 30: Proporção quanto à idade dos alunos (%).

Alternativas	Quantidade	%
De 10 a 11 anos	5	41,67
De 12 a 14 anos	7	58,33
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos neste quadro que 58,33% dos alunos entrevistados encontram-se em defasagem em relação à idade e série, esses alunos compreendem uma faixa etária de 12 a 14 anos, sendo que a média de idade pra esta série é de 10 a 11 anos.

Quadro 31: Proporção quanto ao sexo dos alunos (%).

Alternativas	Quantidade	%
Feminino	4	33,33
Masculino	8	66,66
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 66,66% dos alunos entrevistados são do sexo masculino e 33,33% dos alunos entrevistados são do sexo feminino.

Quadro 32: Proporção quanto à opinião discente sobre estudar a disciplina de Ensino religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Bom, porque aprendo sobre temas da bíblia como: a páscoa, o nascimento de Jesus	3	24,99
Bom, porque aprendo muitas coisas, tais como: português e matemática.	3	24,99
Ótimo, porque aprendo sobre datas comemorativas, tais como: dia do Índio, dia da criança	1	8,33
Boa, porque é divertido	1	8,33
Boa, porque tem uma boa prova	1	8,33
Ruim, porque é uma matéria ruim	3	24,99
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos ainda que 74,97% dos alunos entrevistados informam gostar de estudar a disciplina de ER, por diversos motivos. Nesse caso os alunos justificam gostar de estudar a disciplina de ER dizendo: *Bom. Porque fala da páscoa e do nascimento de Cristo* (aluno A); *Bom. Porque é bom para a gente aprender matemática e português, as vezes eu aprendo* (aluno B); *Bom, porque eu aprendo muitas coisas* (aluno C); *Acho ótimo, porque fala de Deus, dia das crianças, dia do índio e dia do trabalho* (aluno D); *Bom. Porque fala da páscoa e da ressurreição de Cristo* (aluno E); *Bom, porque ensina as coisas sobre Jesus* (aluno F); *Bom, porque aprende* (aluno H); *Bom, divertido* (aluno L); *Bom, porque tem uma prova boa* (aluno M).

Já 24,99% dos alunos informaram não gostar de estudar esta disciplina, porque relatam que é uma disciplina ruim.

Quadro 33: Proporção quanto à percepção discente sobre como são as aulas de Ensino Religioso (%).

Percepções	Quantidade	%
Boa, porque é bom estudar temas da Bíblia, tais como: Páscoa e Natal	4	33,32
Boa, porque é bom estudar sobre as datas comemorativas, tais como: dia das crianças e Tiradentes	1	8,33
Boa, porque aprendo	3	24,99
Ruim, porque é ruim	3	24,99
Não sei	1	8,33
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 66,64% dos alunos afirmam que as aulas de ER são boas por diversos motivos. Nesse caso os alunos justificam que são boas as aulas de ER dizendo: *Boa. Porque é bom estudar as histórias da páscoa e do natal* (aluno A); *Fala sobre natal, páscoa e dia das crianças* (aluno B); *Fala do dia das crianças e dia do Tiradentes* (aluno D); *Fala de Cristo, da páscoa e na igreja também fala* (aluno E); *São boas, ensina sobre a ressurreição de Cristo e sobre a páscoa* (aluno F); *Boa, porque estuda* (aluno H); *Boa* (aluno L); *Boa, porque aprende muitas coisas* (aluno M).

Já 24,99% afirmam não gostarem das aulas de ER e 8,33% disseram não saber se gostam das aulas de ER.

Quadro 34: Proporção quanto a percepção discente quanto ao que deveria ser ensinado na disciplina de Ensino religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Deveria ensinar mais coisas sobre temas da Bíblia, tais como: natal, páscoa, Cristo	8	66,64
Deveria ensinar sobre esportes	1	8,33
Deveria ensinar de forma diferente (metodologia)	1	8,33
Não sei	2	16,66
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 66,64% dos alunos dizem que temas Bíblicos deveriam ser mais ensinados nas aulas de ER. Nesse caso os alunos justificam a opção por temas bíblicos dizendo: *Sobre natal* (aluno B); *Sobre a páscoa* (aluno C); *Falar a história de Cristo e de Deus* (aluno E); *Páscoa, carnaval* (aluno G); *Ressurreição de Cristo, carnaval, Corpus Christi* (aluno J).

Já 8,33% dos alunos dizem desejar que seja ensinado esportes, justificando sua escolha dizendo:

Deveria ensinar outras coisas, como educação física e os esportes (aluno A).

Ainda para 8,33% dos alunos entrevistados uma metodologia diferente quanto o tema ensinado seria uma boa escolha e justifica sua opção dizendo:

Mais variedades, mostrar aos alunos o objeto do qual está falando (aluno D).

Porém 16,66% dos alunos pesquisados revelam não saber o que gostaria que fosse ensinado.

Quadro 35: Proporção quanto a percepção discente quanto ao que se aprende na aula de Ensino Religioso, aprende sobre religião (%).

Percepção	Quantidade	%
Muitas coisas sobre temas da Bíblia, tais como: ressurreição de Cristo, páscoa	6	49,98
Muitas coisas sobre as datas comemorativas, tais como: sete de setembro, carnaval e Tiradentes	2	16,66
Não sei	4	33,32
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 49,98% dos alunos entrevistados dizem aprender nas aulas de ER assuntos sobre temas da Bíblia. Nesta conjuntura os alunos justificam aprender em sua maioria temas bíblicos dizendo: *Muitas coisas. Coisas sobre a ressurreição de cristo e a páscoa* (aluno A); *Aprendo sobre a história da páscoa* (aluno B); *Muitas coisas. Sobre o natal e a páscoa* (aluno C); *aprendo a história de Deus, o que aconteceu com ele, a páscoa e o natal* (aluno E); *Sim. Ressurreição de Jesus e a páscoa* (aluno F); *Muitas coisas sobre religião, mais não lembro* (aluno I); *Ressurreição de Cristo* (aluno L);

Para 16,66% dos alunos entrevistados os assuntos sobre datas comemorativas são mais lembrados para eles. Nestas circunstâncias os alunos justificam aprender em sua maioria sobre datas comemorativas dizendo: *Aprendo sobre a páscoa, sobre Tiradentes, dia das crianças e sete de setembro* (aluno D); *Muitas coisas. Aprendi sobre o carnaval, que tem muitas festas no carnaval e guerra de ovo* (aluno J).

No entanto 33,32% dos alunos entrevistados não souberam responder a esse questionamento.

Quadro 36: Proporção quanto a percepção discente quanto ao uso de material didático nas aulas de Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Usa o livro didático e caderno	2	16,66
Usa símbolos de datas comemorativas, tais como um arvore de natal	1	8,33
Usa um bernal	1	8,33
Não usa nada	8	66,64
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 16,66% dos alunos entrevistados afirmam que o livro didático e o caderno são os recursos utilizados pela professora nas aulas de ER, 8,33% dos alunos afirmam que sua professora utiliza símbolos de datas comemorativas nas suas aulas de ER, 8,33% informaram que sua professora utiliza um bernal como recurso didático nas aulas de ER e 66,64% dos alunos afirmaram que a professora não utiliza nenhum recurso didático nas aulas de ER.

Quadro 37: Proporção quanto a percepção discente sobre a importância do que é ensinado no Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Importante, porque aprendo sobre religião e sobre temas Bíblia	4	33,32
Importante, porque aprendo	4	33,32
Importante, porque aprendo matemática	1	8,33
Não sei	3	24,99
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 74,97% dos alunos dizem reconhecer a importância da disciplina de ER por motivos que variam entre aprender sobre religião, sobre a Bíblia, matemática ou pelo

simples fato de estar aprendendo alguma coisa. No entanto os alunos justificam a importância do que é ensinado nas aulas de ER dizendo: *Sim, é importante em matemática. Porque para a gente é bom* (aluno B); *Sim. Quando eu crescer eu posso ensinar para as outras pessoas que não sabe o que é religião, até hoje eu já posso falar* (aluno D); *Claro. É muito importante, porque aprendo a história de Deus, de Cristo e de Santo Antônio, e é muito bom* (aluno E); *Sim. Porque nos desenvolvemos mais, aprendemos mais sobre religião* (aluno F); *Sim. Porque é bom e aprende* (aluno H); *Sim. Porque ensina muitas coisas* (aluno I); *Sim. Porque posso aprender e ter um futuro* (aluno J); *Sim. Porque ensina sobre Jesus* (aluno L); *Sim. Porque eu aprendo muitas coisas, não sei o quê* (aluno M).

Já 24,99% dos alunos afirmam não saber responder esta pergunta.

Quadro 38: Proporção quanto a percepção discente quanto a continuidade do Ensino Religioso nas escolas (%).

Percepção	Quantidade	%
Deve continuar porque o aluno aprende mais sobre geografia	1	8,33
Deve continuar porque o aluno aprende mais sobre temas da Bíblia, tais como: páscoa e ressurreição	1	8,33
Deve continuar porque é uma disciplina boa	3	24,99
Deve continuar para o aluno aprender mais	7	58,31
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 100% dos alunos afirmam que a disciplina ER deve continuar a ser ensinada nas escolas por diversos motivos que vão de aprender geografia, temas Bíblicos, ou pelo fato de gostar da disciplina por estar aprendendo alguma coisa. Vejamos:

Sim, porque eu acho que os alunos gostam (aluno A)

Sim. Para a professora ensinar a gente, e a gente aprender muito de geografia (aluno B)

Sim. Porque as pessoas aprendem mais (aluno C)

Sim. Porque 50% dos alunos não sabem o que é religião, eles tem que aprender o que é religião (aluno D)

Sim. Porque é bom para que quem não sabe fique aprendendo mais a cada ano (aluno E)

Sim. Para aprender mais, para os alunos que não sabem aprender (aluno F)

Sim. Porque todos têm que estudar (aluno G)

Sim. Porque é boa (aluno H)

Sim. Porque todos têm que aprender o que é ensinado (aluno I)

Sim. Porque é bom (aluno J)

Sim. Porque todos têm que aprender sobre a ressurreição de Cristo, a páscoa e o nascimento de Jesus (aluno L)

Sim. Para aprender mais da religião (aluno M).

Quadro 39: Proporção quanto a percepção discente quanto a discriminação durante as aulas de Ensino Religioso (%).

Percepção	Quantidade	%
Sim, já houve discriminação racial durante a aula	1	8,33
Não	11	91,63
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 91,63% dos entrevistados afirmaram nunca terem sofrido nenhum tipo de discriminação durante as aulas de ER, porém 8,33% dos alunos afirmaram terem sofrido discriminação durante está aula, onde o tema trabalhado no momento era o “dia do negro” (abolição da escravatura) e a mesma foi ofendida por um aluno da sala que a chamou de “*nega preta da macumba*”. A professora encaminhou este aluno para a diretoria. Percebemos ai uma dupla discriminação racial e religiosa. Nesse sentido vejamos a fala desta aluna:

Sim, estávamos estudando sobre o dia dos negros, então o menino me “xingou” de “nega preta da macumba”, que é racismo, só porque ele é branco e a professora levou ele para a direção e o diretor chamou a mãe dele para conversar (aluno D).

Quadro 40: Proporção quanto a percepção discente quanto a relação do Ensino Religioso com as outras disciplinas (%).

Percepção	Quantidade	%
Não	10	83,3
Sim	1	8,33
Não sei dizer	1	8,33
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 83,3% dos alunos não vêem relação da disciplina de ER com as outras disciplinas estudadas. Nesse caso os alunos justificam a não relação do ER com as outras disciplinas dizendo: *Não. Porque não tem nada a ver religião com matemática* (aluno A); *Não. Porque é diferente de matemática e português* (aluno B); *Não. Porque não tem conta* (aluno C); *Não. Porque é diferente as aulas, religião é uma coisa e português, matemática e ciências são outra* (aluno E); *Não. Porque português e matemática é diferente, pois em religião não faz conta* (aluno F); *Não. Porque não é igual* (aluno H); *Não. Porque é diferente* (aluno J); *Não. Porque não são iguais* (aluno L); *Não. As outras são melhores* (aluno I); *Não. Porque não* (aluno M).

Porém 8,33% dos entrevistados vêem relação desta disciplina com a disciplina de geografia, pois na disciplina de ER estudam-se temas que também se estuda nas disciplinas de geografia e história, justificaram essa informação dizendo:

Sim. Tem geografia do dia dos povos e também fala de história do descobrimento do Brasil (aluno D).

No entanto 8,33% dos alunos não souberam responder a essa questão.

Quadro 41: Proporção quanto a percepção discente quanto a importância do Ensino Religioso em relação às outras disciplinas (%).

Percepção	Quantidade	%
Sim, porque nessa matéria também estudamos assuntos de português	1	8,33
Sim, porque é importante estudar sobre Cristo	1	8,33
Sim, porque aprendo	1	8,33
Sim, porque todas são iguais	1	8,33
Sim, não sei explicar	2	16,66
Não, porque são diferentes	1	8,33
Não, não sei explicar	4	33,32
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 49,98% dos alunos dizem achar a disciplina de ER tão importante quanto às outras disciplinas por vários motivos que vão desde aprender assuntos de português, aprender sobre Cristo, por achar que todas as disciplinas têm a mesma importância ou pelo fato de que também se aprende algo nesta disciplina, justificam essa afirmativa dizendo: *Sim. Porque religião fala sobre religião e nessa matéria ela relembra outros assuntos de português* (aluno D); *Sim. Porque é importante estudar sobre Cristo e natal, porque eu gosto de religião e das outras matérias, aprendemos mais* (aluno E); *Sim. Porque todas as matérias ensinam algo, inclusive religião* (aluno F); *Sim. Porque aprende* (aluno J); *Sim. não sei* (aluno C); *Tem a mesma importância mais não sei explicar* (aluno L); *Tem importância. Porque todas são iguais* (aluno M).

Já para 8,33% dos entrevistados não se percebe nenhuma importância nesta disciplina em relação às outras devido a diferença entre elas, justificando a falta de importância quanto a disciplina dizendo:

Não tem a mesma importância. Porque ela não tem as mesmas coisas (aluno A).

Para 33,32% dos alunos entrevistados eles não vêem importância da disciplina em relação às outras, porém não souberam explicar o porquê.

Quadro 42: Proporção quanto a percepção discente quanto a receptividade da disciplina de Ensino Religioso e os conteúdos estudados (%).

Percepção	Quantidade	%
Boa, porque aprendo sobre outras disciplinas, tais como: matemática e história	2	16,66
Boa, porque aprendo sobre religião e temas da Bíblia	2	16,66
Boa	8	66,64
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 100% dos alunos informam terem boa receptividade quanto a disciplina de ER por diversos motivos que variam entre aprender outras disciplinas como português e matemática, aprender sobre religião e temas Bíblicos ou pelo fato de gostar da disciplina independente do que esteja aprendendo no momento. Vejamos as falas dos alunos a

seguir:

Sim. Porque é bom (aluno A)
Sim. Porque eu aprendo muito de matemática e geografia (aluno B)
Sim. Porque tem pergunta de natal (aluno C)
Sim. Porque fala muitas coisas que praticamente ninguém da sala sabe. Ex: hoje nos falamos da Língua Portuguesa e do descobrimento do Brasil (aluno D)
Sim. Porque no catecismo eu falo o que eu aprendo na aula de religião (aluno E)
Sim. Porque ensina (aluno F)
Sim. Porque é bom, não me lembro de nada que estudei (aluno G)
Sim. Porque é boa (aluno H)
Sim. Porque é bom (aluno I)
Sim. Porque é bom (aluno J)
Sim. Porque é bom, é divertido (aluno L)
Sim. Porque é bom (aluno M).

Quadro 43: Proporção quanto a religião do discente (%).

Percepção	Quantidade	%
Católico	5	41,65
Protestante	3	24,99
Não possui religião	4	33,32
Total	12	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 41,65% dos alunos pertencem a religião católica, 24,99% dos alunos se denominam protestantes e 33,32% dos alunos não possuem religião.

Quadro 44: Proporção quanto a percepção discente em relação às religiões diferentes das deles (%).

Percepção	Quantidade	%
Religiões são iguais, é só ir a igreja e não xingar	2	16,66
Normal	1	8,33
Todas as religiões são boas	1	8,33
Diferentes, pois tem práticas diferentes	4	33,32
Não tem religião	4	33,32
Total	20	100

Fonte: ALMEIDA, 2012.

Observamos que 16,66% dos alunos entrevistados afirmam que todas as religiões são iguais bastando ir à igreja e não “xingar”. Sendo os alunos justificam essa afirmação dizendo:

Não tem nada a ver, religião é a mesma coisa, é só ir para a igreja e não xingar; Normal. Porque todas as pessoas vão para a igreja. (aluno A).

Percebemos que nas falas desses alunos existe certa tolerância quanto à diversidade das religiões, talvez por eles ainda não terem se aprofundado na questão religiosa.

Para 33,32% dos alunos as religiões são diferentes devidos as suas praticas, justificando essa afirmação dizendo: *Diferentes. Os católicos comem camarão e peixe na semana santa e os “crentes” (protestantes) comem carne (aluno D); Diferente. Porque tem umas pessoas ruins, os crentes que não gostam de Maria (aluno E); São diferentes. Porque umas adoram santos e outras não, por isso são diferentes (aluno F).*

Percebemos também nas falas acima uma certa tolerância quanto a religião, porém fica explicito nessas falas um caráter discriminatório e intolerante.

Para 8,33% dos entrevistados a diversidade religiosa é um fato normal, no entanto apenas 8,33% dos alunos acham que todas as religiões são boas e 33,32% dos entrevistados não possuem religião.

É importante informar que quando o aluno fala das diferenças das práticas religiosas encontramos nas suas falas a questão dos santos católicos, a questão de não comer carne durante a semana santa e a questão da idolatria a Maria, pois os fieis católicos utilizam todas essas práticas, o que não é encontrado na religião protestante (evangélicos). Vale ressaltar que

é grande o número de alunos que dizem não ter uma religião, o que corrobora com as informações trazidas pelas professoras, pois as mesmas afirmam que o desinteresse por parte dos alunos quanto a disciplina de ER é a falta de contato deles com a questão religiosa. A presença religiosa na escola é muito grande seja porque eles estudam numa escola que tem em suas tradições homenagens a Santo Antônio, com o que é o caso do altar que é posto na entrada da escola no mês de junho, seja pela prática docente, que muitas vezes é uma prática confessional, ou até mesmo pela questão de a escola se localizar próximo a uma igreja católica. Esperávamos com isso um menor número de aluno a declarar que não tinham religião.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa demonstra que ao contrário do que se é recomendado pela Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Resolução 019/2003/CEE e pela Constituição Brasileira de 1988, a escola pesquisada está muito longe de oferecer um ensino leigo, não confessional que evite o proselitismo. Percebemos um ensino tendencioso ao cristianismo sendo que das 8 docentes que participaram da pesquisa 7 professoras são católicas e 1 protestante

O uso da Bíblia Sagrada e seus textos são mais uma prova do confessionalismo do ensino e também do despreparo por parte das professoras, pois as Leis e Resolução acima citadas são de conhecimento público e o Referencial Curricular disponível no site da Secretária de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, demonstra uma capacidade de nortear essas professoras, basta que as próprias tenham interesse de acessá-lo.

Percebemos ainda um descaso por parte da direção da escola quanto ao ER, pois através das falas dessas professoras detectamos que a própria escola não subsidia o professor para lecionar esta disciplina.

Quanto a SEED, segundo a funcionária entrevistada, a Secretaria esta a disposição das escolas para atender e suprir essas lacunas que estão presentes na disciplina de ER, seja com cursos de capacitação e formação continuada ou com a oferta do Referencial Curricular. No entanto, vale ressaltar que o único curso de formação continuada para o ER que era ministrado pela própria SEED deixou de ser ofertado desde 2010, então surge questionamentos tais quais até que ponto a SEED realmente se disponibiliza no sentido de atender as necessidades relatadas pelos professores? Será que o novo Referencial Curricular desenvolvido pela SEED será capaz de suprir essa necessidade, como nos informou a funcionária da própria Secretaria? São questionamentos como esses que tornar necessário um investimento por parte das autoridades no sentido de investir na formação do professor, no entanto para isso acredito que deverá haver uma mudança nas Leis que regulamentam o ER nas escolas publicas de Sergipe e do Brasil, pois se a própria Lei deixa brechas quanto a formação do professor, não podemos esperar resultados diferentes do que vimos através deste estudo. Precisamos de investimentos na área da educação especificamente na formação dos professores que atuam no ER, pois o que observamos nesta pesquisa é que apenas a Universidade Federal de Sergipe, oferece um curso de Licenciatura nesta área.

Observamos ainda que nenhuma das professoras apesar de lecionarem esta disciplina

há um longo tempo, não procuraram se capacitar conforme Resolução 019/2003/CEE artigo 5º, parágrafos 1º e 2º. Fatores recorrentes da profissão e do dia a dia das professoras, tais como: extensão da jornada de trabalho, condições de trabalho, dupla jornada entre outros, não foram apontados como motivações para essas professoras não procurarem a formação específica ou continuada. Nota-se um jogo de empurra quanto a formação e subsídio para os professores, pois as professoras reclamam da SEED não subsidiá-los, a SEED informa que faz o seu papel quanto ao apoio aos professores, com o curso e o Referencial Curricular e culpa a gestão da escola por não atender e subsidiar esses professores, e com isso quem sai perdendo são os alunos, como podemos ver nas entrevistas feitas com eles. Os alunos por sua vez só conhecem de ER o cristianismo, as datas comemorativas e outros nem sabem responder questões elementares ligadas ao ER.

Para finalizar, a própria escola assume uma postura confessional, em adotar a prática católica de montar um altar no mês de junho para Santo Antônio.

Precisamos investir nesses professores que atuam no ER visando um ER de qualidade sem praticas proselitistas, investir na formação, pois como percebemos somente a Universidade Federal de Sergipe oferece um curso de formação Superior específica para a docência do ER.

Para conseguirmos avanços significativos é preciso começar pelas próprias Leis que são bases para criação de Resoluções como a 019/2003/CEE, cobrando através dessas próprias Resoluções investimentos na formação do professor, pois entendemos que o professor é a base de todo aprendizado, e para que tenha um aprendizado de qualidade é preciso que se tenha um bom professor, pois o aluno que tem uma boa base terá sucesso certo no futuro.

Através dessa pesquisa podemos compreender os muitos esforços por parte de diversos grupos em busca de uma liberdade no ER. Precisamos acreditar que vivemos em um país livre e mudar o quadro do ER no Brasil e em especial em Sergipe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. **Efetivação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Paraná.** In: Seminário de Pesquisa do PPE, 2004. Disponível em: <www.gper.com.br/.../efetivação_do_ensino_religioso_no_parana.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2011.

ANDRADE, Péricles. REZENDE, Daniela dos Santos. RIBEIRO, José Eraldo Neves. **O Ensino Religioso em Sergipe: discurso ecumênico e proselitismo.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.65.55.255.7/Alas/GT21-Pericles_Andrade.pdf>. Acesso em: 08 novembro 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada.** Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994.

BRASIL (1996). **Lei 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: congresso Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em : 13 maio 2012.

CAETANO, Maria Cristina, OLIVEIRA Maria Auxiliadora Monteiro. **Ensino Religioso: Sua Trajetória na Educação Brasileira.** In: Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Minas – Mestrado. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 08 novembro 2011.

CASSEB, Samir Araujo. **Ensino Religioso: Legislação e seus Desdobramentos nas Salas de Aula do Brasil.** In: III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 2009. Disponível em: <www.wftl.org/pdf/038.pdf>. Acesso em: 20 novembro 2011.

COSTA, Antonio Max Ferreira da. **Um Breve Histórico do Ensino Religioso na Educação Brasileira.** [s.d.]. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf>. Acesso em: 10 novembro 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação.** pp. 183-213, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>. Acesso em: 20 novembro 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARACAJU (1990). **Lei Orgânica de Aracaju**. Aracaju: Câmara Municipal de Aracaju, p. 97. Disponível em: < http://www.cmaju.se.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=129>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

GRUEN, Wolfgang. **O Ensino Religioso na Escola**. 1ª ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Mapeamento do Ensino Religioso no Brasil**. Definições Normativas e Conteúdos Curriculares. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em : <http://www6.ufrgs.br/horizon/files/pesquisa/ensino_religioso.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Azevedo. WAGNER, Raul (org.). Coleção Educação Religião, 5. **O Ensino Religioso no Brasil**. Champagnat Editora PUC, 2º ed. Curitiba: 2011. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/livro0901?dd1=4535&dd99=pdf>. Acesso em: 12 maio 2012.

KLEIN, Remí. Ensino Religioso: expectativas e perspectivas discentes em formação docente. **Revista Pistis Prax.**, Teol. Pastor. Curitiba v. 2, n 2, p. 253-267, 2010. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PISTIS?dd1=3654&dd99=Pdf> Acesso em: 10 novembro 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Curso de Teologia. **Grade Curricular**. Apresenta o curso e as disciplinas a serem cursadas. Disponível em: <<http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccg/teologia.html>>. Acesso em: 18 maio 2012.

SENA, Luiza. **Textos de Apoio: quais os modelos de ensino religioso no Brasil**. São Paulo. [s.d.]. Disponível em: < http://www.gper.com.br/gper_news/anexos/news69.pdf> Acesso em: 07 maio 2012.

SERGIPE (2003). Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 019/2003/CEE**. Dispõe sobre normas para a oferta do Ensino Religioso, habilitação e admissão de professores nas escolas de ensino fundamental da rede pública. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/portais/cee/arquivos/Resolucao_019-2003-CEE__08-05-2003.pdf>. Acesso em : 13 maio 2012.

SERGIPE, (1989). **Constituição do Estado de Sergipe**. Sergipe: Assembleia Legislativa, p. 280. Disponível em: <http://www.al.se.gov.br/cese/constituicao_do_Estado_de_sergipe.pdf>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

SERGIPE (2011). **Referencial Curricular**. Proposta de referencial curricular para as escolas da rede estadual de ensino. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/arquivos/Referencial%20Curricular_23-07-12.pdf>. Acesso em: 03 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Curso de Ciências da Religião Licenciatura. Grade Curricular. Apresenta as disciplinas a serem cursadas. Disponível em: <www.daa.ufs.br/daantigo/gradecurricular/fimdecurr.asp?curso=405&nome=cienciasdareligiaolicenciatura&curric=1>. Acesso em: 19 maio 2012.

Sites Relacionados:

<www.seed.se.gov.br/redeestadual/Escola.asp?chKAno=2012&cdEscola=303&mapa=M>. Acesso em: 23 maio 2012

<http://escolalourivalfontes.blogspot.com.br/2008_09_01_archive.html>. Acesso em 24 maio 2012.

<www.wikipedia.org/wiki/proselitismo>. Acesso em: 24 maio 2012.

<www.raquelife.com/2012/05/grve-professores-estado-sergipe.html>. Acesso em: 29 junho 2012

<www.gper.com.br/biblioteca_download.php?arquivold=92>. Acesso em 28 maio 2012

APÊNDICES



Universidade Federal de Sergipe

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Público: Professores que atuam no Ensino Religioso

Finalidade: Dados para Monografia

Estudante: Sheyla Matos Accioly Lins de Almeida

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Maria Freitas Teixeira

Instrumento: Roteiro de Entrevista Docente

PERCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO E A DOCÊNCIA NA ÁREA DO ENSINO RELIGIOSO

1. Como você se tornou professor de religião?
2. Como você se sente como professor (a) de Ensino religioso? Explique:
3. A partir da sua experiência, qual a importância da disciplina Ensino Religioso na grade curricular da escola?
4. Que conteúdos/temas você considera centrais ou mais importantes no programa de Ensino Religioso? Justifique:
5. Quais os textos e/ou subsídios pedagógicos mais utilizados por você em sala de aula?
6. Considera necessária formação específica para a docência na área de Ensino Religioso. Por quê?
7. Quais são, em sua opinião, alguns requisitos importantes para ser professor de Ensino religioso? Justifique:

8. Qual a contribuição específica do professor de ensino religioso na educação formal de crianças e jovens?
9. Você conhece o Programa de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, adotado pela Secretaria de Estado da Educação, em caso positivo, qual a sua opinião a respeito?
10. Você conhece o curso de formação continuada para professores de religião da Secretaria de Educação, em caso positivo, qual a sua opinião a respeito?
11. Qual o maior desafio ou dificuldade que você experimenta como educador na área do Ensino Religioso? Explique:
12. A partir de sua experiência em sala de aula, qual é a receptividade que os alunos dão a disciplina Ensino religioso? Explique:
13. Quais são os temas/conteúdos que os alunos mais preferem? Quais seriam os motivos?
14. Quais são os temas/conteúdos que os alunos têm mais resistência? Quais seriam os motivos?



Universidade Federal de Sergipe

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Apresentação:

Sou Sheyla, estudante do curso de pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, estou fazendo minha pesquisa monográfica sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas, pois, é de suma importância conhecer melhor os professores que atuam nessa área, gostaria de contar com sua participação. Agradeço antecipadamente sua valiosa colaboração.

PERFIL GERAL

1. Nome da escola que leciona:
2. Série que ensina:
3. Faixa Etária:
 a - () até 30 anos b - () de 31 a 50 anos c - () mais de 50 anos.
4. Sexo: Masculino () Feminino ()
5. Estado Civil:
 () Solteiro () Casado () Mora junto () Separado, divorciado.
6. Tem Filhos:
 () Não () Sim. Quantos: _____
7. Confissão religiosa atual, (caso não tenha confissão religiosa ou não tenha mudado de confissão, pule para formação acadêmica).
 a - () Católico () protestante () Espírita () S/religião ()
 outros: _____
8. Desde quando?
 a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos
9. Se houve mudança de confissão religiosa pra qual foi?
 a - () Católico () protestante () Espírita () S/religião

() outros: _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Curso de Graduação:

a - () Sim b - () Não Qual: _____

2. Tempo de conclusão do curso:

a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos

3. Curso de pós-graduação:

a - () Sim b - () Não Qual: _____

4. Tempo de conclusão do curso:

a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos

5. Formação específica na área de Ensino Religioso:

a - () Sim b - () Não Qual: _____

6. Instituição:

7. Tempo de conclusão do curso:

a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Tempo de magistério:

a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos

2. Tempo de magistério na área de Ensino Religioso:

a - () até 5 anos b - () de 6 a 10 anos c - () de 11 a 20 anos d - () mais de 20 anos

3. Já ministrou outra(s) disciplina(s) além do Ensino Religioso:

a - () Sim b - () Não Qual(is): _____

4. Atualmente, ministra outra(s) disciplina(s) além do Ensino Religioso:

a - () Sim b - () Não Qual(is): _____

5. Já exerceu ou exerce alguma outra atividade no campo da educação que não a de

professor:

a - () Sim b - () Não Qual(is):_____

6. Já exerceu ou exerce alguma atividade profissional que não a de professor:

a - () Sim b - () Não Qual(is):_____

7. Séries que trabalha atualmente na área de Ensino religioso:

Obrigada!



Universidade Federal de Sergipe

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Público: Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental

Finalidade: Dados para Monografia

Estudante: Sheyla Matos Accioly Lins de Almeida

Orientadora: Profª Drª Ana Maria Freitas Teixeira

Instrumento: Roteiro de Entrevista Discente

PERCEPÇÕES DISCENTE SOBRE O ENSINO RELIGIOSO

1. Idade: _____
2. Sexo: Masculino () Feminino ()
3. O que você acha de ter uma disciplina que trata das religiões?
4. Como são as aulas dessa disciplina?
5. O que você acha que deveria ser ensinado nesta disciplina?
6. O que você aprendeu nessas aulas? Aprendeu alguma coisa sobre religião? Você se lembra de algum assunto sobre alguma religião que tenha sido discutido nessas aulas?
7. O professor usa algum material durante as aulas? Se ele usa, você pode me dizer quais são esses materiais?
8. Você acha que o que é ensinado nesta disciplina é importante para a sua vida? Caso sim: em quê? Caso não: por quê?
9. Você acha que as escolas devem continuar com essa disciplina. Por quê?

- 10.** De alguma forma você se sente ofendido ou discriminado durante as aulas de religião?
Se isso acontece você pode dizer como é essa situação, como isso acontece?
- 11.** Você acha que a disciplina Ensino religioso tem algo a ver com outras disciplinas. Por quê?
- 12.** Em sua opinião qual importância da disciplina Ensino Religioso? Ela tem a mesma importância que as outras? Pode explicar seu ponto de vista?
- 13.** Você gosta dessa disciplina e dos assuntos que são estudados nela. Por quê?
- 14.** Você tem alguma religião. Qual?
- 15.** O que você acha das religiões diferentes da sua?

Descrição dos Cadernos do Curso da SEED.

- **Caderno 3:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *Ensino Religioso e o conhecimento religioso.*

1. Conhecimento e Ensino Religioso:
Epistemologia
2. Construção do Conhecimento:
Conhecimento/ conteúdo/ epistemologia/ ideologia/ alteridade e totalidade.
3. O ser Humano e a Tradição Religiosa:
Conceito
4. Tipos de Conhecimento:
Conhecimento Científico;
Conhecimento Filosófico;
Conhecimento Teológico;
Conhecimento Religioso.
5. Conhecimento Religioso:
A produção do conhecimento;
A concepção do mundo.
6. Enfoques Epistemológicos do Conhecimento Religioso:
Enfoque Sociológico;
Enfoque Antropológico;
Enfoque teológico.
7. Conhecimento no Ensino religioso:
Conhecimento/Currículo/ Pensamento/ aula/ Aprendizagem/Ciência fundante.
Aula de religião (teologia)
Aula de Vivência Religiosa (antropologia)
Aula de Interpretação e Análise do Conhecimento Religioso
(fenomenologia religiosa)
O Conhecimento religioso na Estrutura do Ensino Religioso.

OBS: Este caderno contém 34 páginas, a Lei 9.475, de 22 de julho de 1997 e possui em suas referências o FONAPER e autores como: Wolfgang Gruen, Dermeval Saviani entre outros.

- **Caderno 4:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Fenômeno Religioso no Ensino Religioso.*

1. A Importância do Fenômeno Religioso:
Tradição Religiosa.
2. A Evolução do fenômeno Religioso:
Indivíduo/ grupo/ comunidade/ instituição religiosa/ espírito/ alma/ espiritualismo/ espiritual/ espiritualidade/ espiritualização/ mística/ fé/ crença/ credence/ superstição/ experiência religiosa/ experiência comunitária/ instituição religiosa/ religiosidade.
Religiosidade horizontal;
Religiosidade vertical;
Religiosidade popular;
Religiosidade ontográfica.
Tradições Religiosas e Instituição Religiosa.
3. Tradição Religiosa e Fenômeno Religioso:
O que é religião?
Definição de religião;
Tradição religiosa e o sagrado;
Tradição, Mito e Ritual;
Tradição, Mito e suas características;
A função da tradição religiosa;
Tradição Religiosa e a intransigência religiosa.
4. Fenômeno Religioso e as Respostas para a Vida Além da Morte:
Ressurreição no Judaísmo;
Ressurreição no Cristianismo;
Ressurreição no Islamismo.
Reencarnação:
Carma
Ancestral:
Crença de que algo no ser humano sobrevive a morte.

julho de 1997, o FONAPER e autores como: Padre Roque Zimmermam, Guiseppe Stacone, entre outros.

- **Caderno 5:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Ensino Religioso e o fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz indígena.*

1. O papel da religião no sistema social dos povos indígenas:
Religião e Cosmovisão Indígena.
2. Ritos: onde tudo tem sentido.
As festas;
Ritos de Nascimento;
Ritos para se tornar adulto;
Ritos de casamento;
A dança do Toré.
3. Como o índio valoriza a natureza:
Conceito: o poder da natureza e dos fenômenos naturais personificados em seus sobrenaturais (divindades).
4. A Religião dos Guarranis:
Os Erubo-mage, remédios e venenos vegetais.
5. Teocosmologia Kaiová, uma instituição monoteísta?
Tupami-kerero/ Karai Papa/ Kurusúva Jeroky/ Kurusúva Jeguaju/ Eichu/ Pa'i Kuara/ Hyapuguasúva/ Kurupira Remyby/ Yrivera/ Jakaira Guasu/ Guijra Pepoti/ Marandey/ Tatavera Tupami/ Mar/ Céu/ Terra.

OBS: Este caderno contém 36 páginas, e possui em suas referências o FONAPER e autores como Eduardo Viveiro de Castro e Roberto Ervino Zwetsch, entre outros.

- **Caderno 6:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz ocidental.*

1. Cristianismo: da matriz oriental para a ocidental
Cristianismo;
O Ensino de Jesus;
Igreja;

Divisões.

2. O pensamento cristão:
A comunidade perfeita.
3. Os primórdios do cristianismo e seus modelos culturais:

O modelo judaico:

Uma mensagem popular;
Dentro da tradição judaica.

O modelo Helênico:

Uma sociedade letrada;
A influência filosófica.

O modelo Romano:

Da periferia para o centro;
A influência da cultura romana.

4. O Cristianismo no Brasil:
Evangélicos Crentes? Protestantes?
Igrejas de Missão (ou históricas);
Igrejas de Imigração;
Igrejas Pentecostais Clássicas;
Igrejas Pentecostais Autônomas;
Igrejas de Renovação (carismáticas)
Grupos Pseudo-protestantes.
5. O Espiritismo: uma tradição religiosa do ocidente
História;
Definindo o espiritismo;
Literatura religiosa;
Princípios Doutrinários.
6. Um olhar sobre a religiosidade atual:
Integristas;
Fundamentalistas.

OBS: Este caderno contém 44 páginas, e possui em suas referências o FONAPER e autores como: Marcelo C. Azevedo, CNBB, entre outros.

- **Caderno 7:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz africana.*

1. África-Brasil: onde dançam os deuses:
Brasil – Sudanese e Bantos
2. A presença Africana na cultura brasileira:
Os orixás migrantes – nadando da África para o Brasil;
O nome, os antepassados e a vida;
Oralidade, símbolo e diálogo.
3. O aprendizado nas tradições afro-brasileiras:
Religiões de matriz africanas;
A escola comunidade-terreiro;
A Umbanda.
4. A Teologia Ancestral:
Exu;
Axé.
5. Sincretismo Religioso Brasileiro, Símbolos, Amuletos e Fetiches dos Orixás, Inkices e Encantados:
Candomblé Africano;
Tambor de mina;
Candomblé do caboclo;
Xiré – ciranda dos encantados.

OBS: Este caderno contém 35 páginas, e possui em suas referências O PCN, o FONAPER e autores como: John Bonker, Marcelo Barco, entre outros.

- **Caderno 8:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O fenômeno religioso nas tradições religiosas de matriz oriental.*

1. Hinduísmo: Ilumine-se – a verdade eterna
As origens do Hinduísmo;
Panorâmica da religião indiana.
2. Tradições religiosas Chinesas:
Confucionismo – O que devo fazer?
Taoísmo – Que tipo de pessoa devo ser?

Harmonia com o Tao: renúncia criativa (Wei Wu Wei) na vida pessoal.

3. Budismo – O caminho da iluminação
As quatro nobres verdades.
4. Judaísmo: seja justo
As origens do judaísmo;
Os dez mandamentos – Deus e seu povo – os treze princípios de Maimônides;
Sionismo;
O Holocausto.
5. Cristianismo:
A Igreja;
A Igreja ortodoxa;
Ortodoxo;
A importância dos Ícones; Veneração de um ícone.
6. O Islamismo: Não há nenhum Deus se não Deus.
Declaração de fé;
Nenhum Deus se não Allah;
A natureza de deus;
Os cinco pilares do Islamismo: fé, oração, zakat, jejum, peregrinação.

OBS: Este caderno contém 35 páginas, e possui em suas referências O PCN, FONAPER e autores como: Jamil Almansur Haddad, W. Piazza, entre outros.

- **Caderno 9:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Ensino Religioso e o Ethos na vida cidadã.*

1. Ética e Ethos no Ensino Religioso:
Tipos de Ethos (costumes) – budistas, judaicos, cristãs, espiritualistas, da pajelança e etc.
2. Ética:
Conceito de ética;
Ética filosófica;
Ética teológica.
3. Moral – Ética – Lei:
Conceito;

O indivíduo e o social na moral;
 Normas morais e normas jurídicas;
 Moral e Lei: diferenças e semelhanças;
 Ética ou moral?
 O relativismo moral;
 A questão moral hoje.

4. Ética e Religião: aproximação e diferença

O “retorno” da ética e da religião;
 As etapas de formação da consciência moral – autonomia/ heteronomia/
 socionomia/ autonomia.

5. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino religioso e o Eixo Ethos.

A regra do ouro;
 Objetivos gerais de ética para o Ensino fundamental.

OBS: Este caderno contém 35 páginas, e possui em suas referências O PCN, FONAPER e autores como: Maria Lucia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, Paulo Cezar Botas, entre outros.

• **Caderno 10:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Ensino Religioso e os seus Parâmetros Curriculares Nacionais.*

1. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Religioso:

Conceitos.

2. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Religioso (FONAPER):

Ensino Religioso em mudança.

3. Objetivos do Ensino Religioso:

Objetivos Gerais – do Ensino Fundamental e do Ensino Religioso (objetivos e metas);

Objetivos Gerais – do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental.

4. Currículo na Diversidade Cultural Religiosa do Brasil:

Currículo multicultural.

5. Ensino Religioso em novo paradigma:

Os PCN do Ensino Religioso constituem-se num: texto/ contexto/ pretexto.

OBS: Este caderno contém 31 páginas, e possui em suas referências O PCN, FONAPER,

CNBB e autores como: Miguel G. Arroyo, Antonio Gramsci, Cipriano C. Luckesi, Jean Piaget, Dermeval Savianni, entre outros.

- **Caderno 11:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Ensino Religioso na proposta pedagógica da escola.*

1. Proposta Pedagógica:

Criação a partir da LDBEN;

Criação a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais;

Criação a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Resolução CEB nº 2 de 07 de abril de 1998.

2. Ensino Religioso nas Leis de ensino do Brasil a partir das concepções de religião –

Construção do P.P.P.:

Concepção de Ensino Religioso;

O ensino religioso e a cidadania;

Pressupostos da disciplina;

Objetivos;

Encaminhamentos para a avaliação da aprendizagem;

Conteúdos programáticos;

Metodologia.

3. Pressupostos do Ensino Religioso:

- 1- Parte integrante da formação do cidadão;

- 2- Conhecimento que ajuda o educando a desenvolver-se sabendo de si;

- 3- Disciplina dos horários normais sem proselitismo;

- 4- Conteúdos que ajudam a entender o fenômeno religioso a partir da relação culturas/ tradições religiosas;

- 5- Ensino Religioso é um aprendizado processual, progressivo e permanente;

- 6- O Ensino Religioso sensibiliza para o mistério na alteridade;

- 7- O Ensino Religioso é conhecimento que constrói significados;

- 8- O Ensino Religioso é uma disciplina com prática didática contextualizada e organizada;

- 9- No Ensino religioso a avaliação é processual, permeia objetivos, conteúdos e práticas didáticas;

- 10- O Ensino religioso é conhecimento entre sujeitos.

4. Objetivos do Ensino Religioso:

1º ciclo: 1ª e 2ª séries;

2º ciclo: 3ª e 4ª séries;

3º ciclo: 5ª e 6ª séries;

4º ciclo: 7ª e 8ª séries;

5. Conteúdos Programáticos:

1ª Série:

1- Alteridade;

2- Símbolos religiosos;

3- A ideia do Transcendente.

2ª Série:

1- Alteridade;

2- Símbolos religiosos;

3- A ideia do Transcendente.

3ª Série:

1- Histórias das narrativas sagradas orais e escritas;

2- Rituais;

3- Divindades.

4ª Série:

1- Histórias das narrativas sagradas orais e escritas;

2- Rituais;

3- Divindades.

5ª Série:

1- Ideia do Transcendente;

2- Função política das ideologias religiosas;

3- Revelação.

6ª Série:

1- Evolução das estruturas religiosas nas organizações humanas;

2- Contexto cultural dos textos sagrados orais e escritos.

7ª Série:

1- Espiritualidade;

2- Valores;

3- Determinações da Tradição Religiosa sobre a pessoa.

8ª Série:

- 1- Limites;
 - 2- Verdades de fé;
 - 3- Vida além da morte.
6. Metodologia:
Observação, reflexão, informação.
7. Pressupostos da Avaliação no Ensino religioso:
Avaliação Inicial: investigativa;
Avaliação formativa: formal e sistemática;
Instrumentos para Avaliação:
- 1- Observação sistemática;
 - 2- Auto-avaliação;
 - 3- Avaliação final.

OBS: Este caderno contém 35 páginas, e possui em suas referências O PCN, FONAPER, Diretrizes Curriculares Nacionais e autores como: Anísia de Paulo Azevedo, José Carlos Libanêo, Teresa Cristina Rego e Vigotski, entre outros.

- **Caderno 12:**

Ensino Religioso Capacitação Para Um Novo Milênio: *O Ensino Religioso no cotidiano da sala de aula.*

1. A interação Professor-aluno na sala de aula:
Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução 02/98 do CNE
2. A Construção do conhecimento religioso na sala de aula:
Codificação;
Decodificação.
3. O tratamento didático no Ensino Religioso:
A organização social das atividades;
A organização do tempo e espaço;
A seleção de materiais e recursos;
Tratamento didático tradicional/ Tratamento didático na atualidade.
4. O Ensino religioso nos Ciclos:
1º ciclo (1ª e 2ª séries):
Caracterização;
Objetivo 1ª série;

Objetivo 2ª série;

Encaminhamentos para a avaliação de aprendizagem.

2º ciclo (3ª e 4ª séries):

Caracterização;

Objetivo 3ª série;

Objetivo 4ª série;

Encaminhamentos para a avaliação de aprendizagem.

3º ciclo (5ª e 6ª séries):

Caracterização;

Objetivo 5ª série;

Objetivo 6ª série;

Encaminhamentos para a avaliação de aprendizagem.

4º ciclo (7ª e 8ª séries):

Caracterização;

Objetivo 7ª série;

Objetivo 8ª série;

Encaminhamentos para a avaliação de aprendizagem.

5. O desenvolvimento didático de temas em ciclos:

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 1ª série:

Tema: O símbolo religioso trás para perto o Transcendente;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 2ª série:

Tema: Um Transcendente só com muitos nomes;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 3ª série:

Tema: Grandes acontecimentos são festejados;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 4ª série:

Tema: Contando a história (Os mitos e segredos sagrados na história dos povos);

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 5ª série:

Tema: O que se pensa, se ensina e se diz sobre o Transcendente (Deus);

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 6ª série:

Tema: Verdade do Transcendente pela boca dos humanos;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 7ª série:

Tema: “Acredite, se quiser!”;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

Desenvolvendo didaticamente um tema com a 8ª série:

Tema: Vida para além da morte?;

Conteúdos de domínio do professor;

Procedimento Didático.

OBS: Este caderno contém 36 páginas, e possui em suas referências O PCN, FONAPER, e autores como: Cipriano C. Luckesi, Dermeval Savianni, entre outros.

Todos os dez cadernos possuem:

Capa:

Ficha Técnica:

Elaboração: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

Coordenação do Fórum:

- Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro - DF
- Lizete Carmem Viesser – PR
- Lurdes Caron – DF
- Maria Augusta de Souza – RN
- Maria Vasconcelos de Paula Gomes – MG
- Raul Wagner – SC
- Vicente V. E. Bohne – DF

Mediação Pedagógica:

- Lizete Carmem Viesser

Coordenação:

- Vicente V. E. Bohne

Revisão:

- Isabel M. Aloyoshi Loureiro

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

- Claudio Roberto Paitra
- Marline Meirer Paitra

Assessoria:

- Antonio Raimundo dos Santos
- Carmencita de Araujo Costa Seffrin
- Domênico Costella
- Elli Benicá
- Edvaldo Bortoleto
- João Antônio Viesser
- Joachin Andrade
- Lizete Carmem Viesser
- Lucio Flores
- Luiz Alberto Souza Alves
- Maria Sabina Skrobot Viddot
- Paulo Cezar Loureiro Botas
- Paulo Carbonari
- Risolêta Moreira Boscardin
- Roque Zimmermam
- Sérgio Junqueira
- Vicente V. E. Bohne.

Obs: Todos os direitos reservados a FONAPER – Curso de Extensão a distância do Ensino Religioso.

Apresentação:

Sumário:

A maioria dos temas apresenta:

- **Sugestão para o Trabalho** – Atividade proposta para avaliar o que o professor aprendeu do determinado tema.

Glossário:

Referências:

Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 1º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz mundial. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Perceber o papel mobilizador que a cultura religiosa desempenha nas relações humanas. - Reconhecer a família como uma instituição social essencial para existência. - Refletir sobre a existência humana e os cuidados com os ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atitudes de afetividades coerentes que levem o estudante a compreender o sentido da vida e a importância da convivência com o outro. - Reconhecer as culturas religiosas presentes na comunidade local. - Desenvolver atitudes respeitosas consigo e com o outro. - Identificar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Conhecer deveres e direitos dos indivíduos nas relações cotidianas. - Conhecer as diferentes organizações familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Minha identidade: <i>Características do sujeito a partir do gosto, desejos, sonhos, outras; O Eu e o Outro no grupo social; educando/educadores; constituindo novas identidades; Particularidades dos indivíduos na constituição dos grupos sociais.</i> - Eu e a realidade social (família/escola) - A visão e família segundo as tradições religiosas e as várias formas de organização familiar e seu papel na manutenção da vida do educando, tanto material como afetiva; - Relações afetivas no cotidiano - Ações coletivas ou individuais no cotidiano familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Família - Afetividade - Respeito - Felicidade - Sinceridade - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Confiança - Deveres - Direitos - Valores - Diversidade

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 65.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 2º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz mundial. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Avaliar as aproximações e os distanciamentos entre as religiões da atualidade. - Perceber a prática religiosa como uma ação cultural. - Perceber a família "padrão" como uma construção social. - Refletir sobre a existência humana e os cuidados com os ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver atitudes de afetividades coerentes que levem o estudante a compreender o sentido da vida e a importância da convivência respeitosa com o outro. - Reconhecer as culturas religiosas presentes na comunidade local. - Identificar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Reconhecer a função da hierarquia nas instituições sociais como mecanismo de poder. - Conhecer deveres e direitos dos indivíduos de acordo com a instituição social. - Conhecer as manifestações religiosas das culturas indígena e africana. - Conhecer as diferentes organizações familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> - O que é religião? - O papel da religião na nossa vida. - Somos todos da mesma religião? - Manifestações religiosas afrobrasileira e indígena. - Valores morais e éticos. - Valores e regras na sociedade: <i>Valores e regras na família;</i> <i>Valores e regras na escola;</i> <i>Valores e regras na comunidade.</i> - Organizações familiares. - Organização e convivência escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Felicidade - Sinceridade - Respeito - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Compromisso - Hierarquia - Deveres - Direitos - Valores - Diversidade

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 66.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 3º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o significado da religião. - Compreender a religião enquanto um sistema de controle social. - Respeitar as tradições religiosa nacionais e locais. - Reconhecer as diferentes formas de expressão de fé bem como os símbolos utilizados nesta manifestação. - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para a paz e respeito à diversidade. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Respeitar as manifestações religiosas do povo Xokó e comunidades quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar na comunidade as diferentes manifestações religiosas. - Identificar as formas de controle social desenvolvido pelas diferentes religiões. - Desenvolver atitudes de respeito as diferenças e a diversidade. - Aplicar regras de convivência que facilitem as relações sociais. - Conhecer e executar ações que colaborem com a promoção do respeito à diversidade. - Reconhecer e adotar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. - Conhecer as diferentes organizações familiares. - Identificar e compreender a importância as manifestações religiosas das comunidades indígenas e quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vamos compreender mais o que é religião: <i>O que é religião?</i> <i>Porque as pessoas praticam uma religião?</i> - Papel da religião e o controle religioso sobre a vida das pessoas; - As tradições religiosas das comunidades locais; - Manifestações religiosas significativas praticadas pelos diferentes grupos sociais; - Identificando a diversidade religiosa brasileira; - Identificação dos símbolos mais importante de cada tradição religiosa; - Ritos e festas religiosas no Brasil e em Sergipe; - Manifestações religiosas do povo Xokó e comunidades quilombolas de Sergipe. 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião - Rito - Cultura - Tradição - Sincretismo - Fé - Crença - Diversidade - Harmonia - Fraternidade - Respeito - Sinceridade - Respeito - Honestidade - Dignidade - Hierarquia - Diversidade - Valores

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 67.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 4º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a religião como uma construção social. - Compreender a relação entre as manifestações mitológicas e religiosas. - Respeitar as diversidades religiosas. - Reconhecer a discriminação entre os gêneros nas atividades/rituais religiosos. - Reconhecer os valores necessários para o convívio harmonioso entre os povos, que contribuem para o respeito à diversidade de pensamento. - Adotar postura respeitosa em relação às pessoas e suas escolhas religiosas. - Compreender as diferentes visões das religiões sobre o amor, o ódio, a vida, a natureza, sexualidade, honestidade e riqueza. 	<ul style="list-style-type: none"> - O compreender o que é e como se estabelece um mito. - Entender o que é mito e religião. - Identificar o papel do homem e da mulher nas diferentes religiões. - Desenvolver atitudes de respeito as diferenças e a diversidade. - Identificar as funções ocupadas por homens e mulheres nas diversas religiões. - Aplicar regras de convivência que facilitem as relações sociais. - Identificar, problematizar e contextualizar os símbolos e os rituais que caracterizam as religiões. - Perceber a visão da diferentes religiões sobre o amor, ódio, morte, vida, natureza, sexualidade, honestidade e riqueza. - Reconhecer e adotar valores humanos como princípios para o bom relacionamento entre os indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundando o conhecimento sobre religião: <i>O que é mito?</i> <i>O que é religião?</i> - A construção mitológica e histórica das manifestações religiosas; - Entendendo a diversidade e as diferenças. - O papel dos homens e das mulheres nas atividades/rituais sociais religiosas; - A visão religiosa sobre os seres humanos e a violência; - A visão das diferentes religiões sobre: amor, ódio, morte, vida, natureza, sexualidade, honestidade e riqueza. - Relembrando a importância dos valores morais e éticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mito - Religião - Gênero - Subordinação - Violência simbólica - Diversidade - Afetividade - Respeito - Paz - Honestidade - Dignidade - Solidariedade - Confiança - Hierarquia - Discriminação - Preconceitos - Deveres - Direitos - Valores

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 68.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 5º Ano

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem do universo e do homem segundo a visão religiosa e científica. - Perceber as manifestações religiosas a partir da dimensão histórica. - Entender a vida e a morte enquanto ciclos biológicos para ciência e místico para as diferentes religiões. - Compreender, valorizar e respeitar os preceitos religiosos de cada indivíduo. - Entender a sexualidade como uma construção socialmente instituída. - Compreender a importância de adotar valores vinculados à preservação da vida. - Respeitar a diversidade. - Romper com as formas de discriminação e preconceito sexuais, étnicos e religiosos. - Ter atitudes que não partam do preconceito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a origem científica e religiosa do mundo e do homem. - Compreender a religião, a religiosidade enquanto uma manifestação cultural historicamente construída. - Compreender o ciclo da vida. - Valorizar as identidades religiosas e sua unidade e diversidade de crenças. - Respeitar as opções sexuais dos indivíduos. - Praticar atitudes que promovam a saúde e o bem estar. - Desenvolver atitudes de respeito a vida individual e coletiva. - Reconhecer a violência, em todas as suas formas de existência, como atitudes que colaboram para a desestruturação da família e da sociedade. - Pesquisar meios que favoreçam a preservação da vida no planeta. 	<ul style="list-style-type: none"> - História da criação do mundo e do homem segundo as tradições religiosas e científicas; - A história e a construção da identidade religiosa enquanto manifestação cultural e sua função social. - O sentido da vida e da morte para as diferentes religiões; - Amigos, grupos, amizade e a influência nas escolhas e decisões. - Valores morais e éticos. - Discriminação e preconceitos. - A visão da sexualidade e do sexo para as diferentes religiões. - Discriminação vinculadas as questões de gênero, de poder econômico, de etnia, e crenças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Família - Escola - Igreja - Valores - DST - Gravidez - Sexualidade - Drogas - Saúde - Vida - Natureza - Cidadania - Fraternidade - Oportunidade - Inclusão Social - Consumo - Pirataria - Legalidade - Verdade - Confiança

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe.

Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 69.

7.2.4 Ensino Religioso

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 6º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a gênese dos diferentes troncos religiosos; - Perceber as transformações e dinâmica “evolutiva” das religiões; - Analisar e entender o significado religioso nas comunidades indígenas e quilombolas; - Estabelecer e analisar a relação entre hierarquia e poder nas organizações religiosas; - Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e tradição das diversidades culturais e manifestações sócio-culturais; - Identificar, problematizar e contextualizar os símbolos e os rituais que caracterizam as principais religiões. - Compreender a relação entre os diferentes ritos religiosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as bases históricas/filosóficas para compreensão da gênese religiosa; - Identificar as tradições religiosas indígenas e quilombolas; - Conhecer e valorizar as manifestações religiosas da cultura indígena e africana. - Perceber a estrutura hierárquica que permeia as organizações religiosas; - Evidenciar as tradições religiosas enquanto tradição sócio-cultural; - Identificar, diferenciar e respeitar os diferentes símbolos religiosos; - Compreender os ritos religiosos como manifestações culturais de fé. 	<ul style="list-style-type: none"> - Culturas e tradições religiosas na visão do mundo oriental e ocidental: histórias e fundamento do cristianismo, islamismo, judaísmo, candomblé, umbanda, budismo, etc; - A “evolução” da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer do tempo. - Significados e papel da religião nas comunidades indígenas e quilombolas. - Hierarquia e poder na construção formal das religiosidades. - As religiões, seus valores e seus símbolos. <ul style="list-style-type: none"> - Religiões monoteístas versus politeístas; - o significado de Deus nas diferentes religiões. - Principais ritos, dogmas e lugares sagrados das religiões: <ul style="list-style-type: none"> - cristã; - Candomblé; - Umbanda; 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião; - Cultura; - Evolução; - Poder; - Símbolo; - Rito; - Dogma; - Consumo - Solidariedade - Valores - Legalidade - Verdade

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 257.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 7º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as explicações filosóficas para origem e desenvolvimentos das religiões; - Analisar de forma crítica o posicionamento religioso frente aos fatos sociais; - Possibilitar a compreensão da violência enquanto produto das relações sociais desiguais; - Estabelecer relações de respeito com todos os indivíduos. - Contextualizar e problematizar as relações sociais capitalistas que provocam segregação social; - Analisar os contextos e as consequências dos atos sexuais na adolescência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar atitudes de solidariedade e de amor ao próximo - Identificar e Compreender as causas dos fatos sociais; - Estimular atitudes que garantam a integridade física e moral das pessoas, - Perceber as formas de exclusão social geradoras de violência; - Identificar as diferentes organizações familiares da atualidade - Refletir sobre as causas da violência; - Desnaturalizar a barbárie social; - Refletir sobre as atitudes que geram violência nos diferentes ambientes e instituições sociais. - Adotar atitudes de respeito ao corpo e as ideias próprias e as das outras pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia e religião; - Religiosidade e relações sociais: visão e ação das religiões sobre as questões sociais: - pobreza; - riqueza; - violência; - drogas. - A presença da violência nos diversos espaços sociais; - Religião e sistema econômico: orientação para o relacionamento com o outro e o mercado consumidor; - Religião e sistema econômico: da natureza da criminalidade à desnaturalização da barbárie social. - Visão religiosa e científica sobre o sexo e gravidez na infância e na adolescência. - Preconceito e discriminação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Religião; - Filosofia; - Sistema econômico; - Violência; - Sexo; - Sexualidade; - Integridade; - Individualidade; - Privacidade; - Preconceito - Discriminação

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 258.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
- Diferenciar os conhecimentos mitológicos e religiosos do conhecimento científico;	- Compreender o que é um mito, religião e conhecimento científico;	- Mito, religião e ciência;	- Mito;
- Compreender a origem do mundo de acordo com o conhecimento científico e religioso;	- Respeitar e valorizar todas as formas de religiosidade;	- A origem do mundo e do ser humano na visão das diferentes religiões.	- Religião;
- Analisar e compreender a importância do Estado laico para liberdade religiosa dos indivíduos;	- Refletir o valor da sexualidade na vida de cada ser humano;	- A religião e o ceticismo	- Ciência;
- Promover o diálogo e incentivar o respeito à liberdade religiosa, evitando qualquer competição religiosa e ideológica.	- Compreender a organização política do Estado brasileiro;	- Os jovens e suas relações sociais.	- Política;
- Compreender o sincretismo religioso brasileiro enquanto manifestação de resistência e afirmação dos grupos sociais excluídos;	- Relacionar e identificar as principais religiões presentes no território brasileiro	- A visão das diferentes religiões sobre o sexo.	- Sincretismo;
- Distinguir as diversidades religiosas compreendendo a importância de cada uma.	- Conhecer e valorizar as manifestações religiosas da cultura indígena e africana.	- A religião e a violência.	- Conflito étnico;
- Analisar as aproximações e os distanciamentos entre as principais religiões da atualidade e de que forma suas teses contribuíram, ao longo da história, para muitos dos conflitos étnicos e preconceitos que persistem em nossos dias.	- Identificar as características de sincretismo nas manifestações religiosas brasileiras.	- Política e religião: o papel da religião na ocupação do território brasileiro;	- Valores
	- Perceber o radicalismo religioso como uma manifestação de intolerância e preconceito.	- O Estado brasileiro e a religião: - O Estado é laico;	- Ética
		- Principais religiões presentes no Brasil e em Sergipe;	- Sexualidade
		- Diversidade e sincretismo religioso no Brasil.	- Violência
		- A raiz religiosa de muitos conflitos étnicos.	- Sexo
			- Companheirismo
			- Valores

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 259.

REFERENCIAL CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO

COMPETÊNCIAS GERAIS	HABILIDADES	CONTEÚDOS	CONCEITOS BÁSICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir as diversas formas de cultura e tradições religiosas à luz da razão humana. - Respeitar os ritos sagrados e os símbolos nas diversas religiões. - Refletir sobre a importância do transcendente na vida do ser humano. - Viver de forma ética. - Analisar e respeitar as diferentes visões religiosas sobre o surgimento do mundo, a existência humana, a vida após a morte. - Compreender o papel mobilizador que a cultura religiosa desempenha nas relações humanas enaltecendo valores que possam contribuir para posturas caracterizadas pela alteridade e pelo respeito à diversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e respeitar as diversas culturas e tradições religiosas. - Conhecer os ritos sagrados e os símbolos de diversas religiões. - Conhecer as diferentes visões sobre a origem do mundo e do homem. - Conduzir sua própria vida baseando-se em valores éticos e morais. - Respeitar a fé de cada ser humano. - Conhecer as diversas visões religiosas sobre a vida após a morte. - Conhecer o papel da música na difusão das religiões. - A "evolução" da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer do tempo 	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia, ciência e religião. - História das Tradições Religiosas - A visão da religião e da ciência sobre a vida após a morte, ressurreição e reencarnação. - As escrituras sagradas nas diferentes religiões, seitas e filosofias de vida. - Os espaços destinados aos cultos religiosos. - Os rituais religiosos e suas funções. - Os símbolos como manifestação/representações do sagrado. - A música nas manifestações religiosas. - As ideologias religiosas na construção do inconsciente individual e coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia; - Cultura; - Tradição religiosa; - Ideologia; - Teologia; - Transcendente - Vida; - Morte; - Ética - Rito - Rituais - Símbolos religiosos - Moral - Inconsciente - Consciente - Liberdade

Fonte: SERGIPE, (2011). Referencial Curricular Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Sergipe: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer – SEED. p. 260.